

Sumário

Número de notícias: 41 | Número de veículos: 26

O GLOBO - RJ - POLÍTICA

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A cada 100 cigarros vendidos no Brasil, 32 são ilegais, segundo pesquisa do Ipec..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita detalha incentivo fiscal de debênture de infra..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Logística reversa e créditos de PIS e Cofins - OPINIÃO JURÍDICA..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

SEGURIDADE SOCIAL

Deputados elaboram proposta alternativa de corte de gastos..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Diagnóstico é maior desafio de política pública"..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS

SEGURIDADE SOCIAL

Bancos suspendem oferta de consignação do INSS..... 12

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO

SEGURIDADE SOCIAL

Você conhece os direitos dos pacientes com câncer?..... 14

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA

SEGURIDADE SOCIAL

Conselho de Recursos da Previdência define regras para incluir auxílio-doença na aposentadoria..... 15

G1 - NACIONAL

SEGURIDADE SOCIAL

Como calcular o 13º salário? Essa e outras perguntas sobre o pagamento..... 17

G1 - NACIONAL

SEGURIDADE SOCIAL

Como funciona a licença menstrual no Brasil? Conheça empresas que já aderiram..... 18

VALOR ONLINE - FINANÇAS

SEGURIDADE SOCIAL

Bancos suspendem oferta de consignado do INSS..... 21

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES

SERVIDOR PÚBLICO

IPVA não aumenta e IPTU terá alta de 4,09%..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

SERVIDOR PÚBLICO

Inadimplência coloca em alerta mercado de crédito (Editorial)..... 24

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - CIDADE

SERVIDOR PÚBLICO

Operação contra fraudes..... 26

Quarta-Feira, 27 de Novembro de 2024

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Deputados articulam 'PEC alternativa' a proposta de corte de gastos do governo..... 27

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - CIDADE
SERVIDOR PÚBLICO

Waguinho está inelegível por oito anos..... 28

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Waguinho tem novo revés com rejeição de contas pela Câmara..... 29

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Desembargadores suspeitos de venda de sentença são alvo da PF..... 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nem todos gostaram do projeto das emendas - BRASÍLIA - DF..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - MOBILIDADE
REFORMA TRIBUTÁRIA

O imposto seletivo e a marcha à ré - MÁRCIO DE LIMA LEITE..... 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacote depende de conversa com Lira e Pacheco..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Plataforma tem proposta para baixar Custo Brasil..... 37

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal vai ser cumprido, garante Alckmin..... 38

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: saiba como governo prevê pagar cashback para baixa renda..... 39

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Plataforma tem proposta para baixar Custo Brasil..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Sistema internacional em ruínas é risco à paz mundial", diz Pascal Lamy..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O que a vitória de Trump significa para os mercados globais? - PALAVRA DO GESTOR..... 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação foge da meta e abre caminho para alta de juros - MERCADO S/A..... 47

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Chega de paliativos fiscais (Editorial)..... 49

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Presidente sanciona, sem vetos, lei sobre emenda parlamentar..... 51

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Prévia do IPCA sobe e pressiona BC por juros 52

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Ameaça de tarifação de Trump põe em risco cadeias globais de comércio 53

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Fed sinaliza cautela para o corte de juros nos EUA 55

O ESTADO DE S. PAULO - AGRO
ECONOMIA

Brasil ganha força como exportador de alimentos 56

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
ECONOMIA

PEC de deputados prevê corte de R\$ 1 tri em dez anos 57

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Resultado em nível desconfortável dificulta tarefa do BC 58

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Deputados apresentam alternativa a corte de gastos 60

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Incertezas na economia dos EUA em 2025 (Artigo) 62

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Mudança climática exige solução global (Artigo) 64

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Fundo de previdência atrai R\$ 32 bi e retoma nível pré-pandemia 66

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa se aproxima de 130 mil pontos 69

A cada 100 cigarros vendidos no Brasil, 32 são ilegais, segundo pesquisa do Ipec

Uma pesquisa realizada pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), por encomenda do Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), aponta que, entre as dez marcas de cigarro mais vendidas do Brasil, três são ilegais. São produtos que não foram submetidos às normas nacionais de segurança sanitária, tampouco pagam **impostos**. A estimativa do FNCP é que aproximadamente R\$ 105 bilhões deixaram de ser arrecadados no Brasil nos últimos 12 anos.

O levantamento indica que a participação de mercado atual da ilegalidade é de 32%. Este ano, a estimativa é que tenham circulado 34 bilhões de unidades de cigarros ilegais em todo o território nacional, dos quais 91% foram comercializados no varejo formal (bares, padarias e mercadinhos). Em 2019, a participação dos produtos contrabandeados ou fabricados no Brasil à margem da lei teria alcançado o auge de 57%.

- A queda de participação da ilegalidade nos últimos anos se explica pela valorização do dólar e pelo aumento da dificuldade logística, dois fenômenos provocados pela pandemia. O trabalho de repressão ao contrabando e aos fabricantes nacionais irregulares também foi fortalecido. Assim, em 2024, voltamos a um patamar mais baixo, equivalente ao de nove anos atrás - analisa Edson Vismona, presidente do FNCP.

A participação dos agentes da lei tem se mantido expressiva. Em 2024, entre janeiro e setembro, foram recolhidas pela **Receita Federal** 1.923 toneladas de cigarros contrabandeados. Mas, na avaliação de Vismona, a ação de caráter policial, por mais importante que seja, não é suficiente. É preciso rever a política tributária sobre os cigarros, que são o produto mais apreendido do Brasil, em volume.

- O aumento de imposto não impede o consumo, não aumenta a arrecadação e ainda incentiva o mercado ilegal, em especial em setores já dominados pela ilegalidade, como o de cigarros. Por isso, é preciso garantir a neutralidade tributária a fim de coibir o crime. Da forma como os **impostos** estão estabelecidos atualmente, o contrabando representa alta lucratividade e baixo risco para quem opera à margem da lei.

AUMENTO DE IMPOSTOS

Desde 2016, a carga tributária sobre o cigarro vem sendo mantida de forma equilibrada. Mas, no início de novembro, passou a valer o Decreto nº 12.127/2024, que aumentou em 50% a alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - e que já havia aumentado, desde 1º de setembro, o preço mínimo por maço em 30%.

Na análise de Luciano Barros, presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf), esse aumento já foi identificado pelos produtores paraguaios, de onde vem parte expressiva dos cigarros contrabandeados consumidos no Brasil.

- Em nossas pesquisas, já entrevistamos um profissional que atuou por oito anos em fábricas de cigarro do país vizinho. Ele confirma: quando há um aumento de preços no Brasil, os produtores paraguaios, que são beneficiados por pagar **impostos** muito mais baixos, compram mais insumos, modernizam o maquinário e reforçam os turnos de trabalho, porque sabem que a busca pelo produto contrabandeado vai aumentar.

Esses fornecedores aproveitam o aumento da procura dos consumidores brasileiros por opções de menor preço, diz Barros.

- O crime organizado mantém uma rede logística pronta para a distribuição de qualquer produto que se mostre mais rentável, de brinquedos a armamentos. Com o aumento do IPI, o cigarro contrabandeado, que já é relevante para essa cadeia de distribuição, tende a ganhar ainda mais importância.

De acordo com dados do Idesf, no Paraguai, a taxa não passa de 18% de Imposto Seletivo sobre o Consumo (ISC) e de 10% no Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Na avaliação de Edson Vismona, esse quadro pode ser agravado pelo projeto de lei que regulamenta a **Reforma Tributária** e está em tramitação no Senado Federal. Da maneira como chegou à Casa, o texto prevê a aplicação de um Imposto Seletivo (IS), que teria como objetivo desestimular o consumo de produtos considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como veículos, aeronaves, extração de petróleo e gás natural, bebidas açucaradas, bebidas alcoólicas e cigarros.

Ainda não se sabe qual será o valor da alíquota do Imposto Seletivo para cada setor, a ser determinado, futuramente, em lei ordinária. O presidente do FNCP aponta que, nesse caso, a preocupação fica em determinar se haverá ou não aumento de carga tributária.

- O cigarro ilegal lidera o ranking de produtos apreendidos pela **Receita Federal**, em volume. De acordo com o órgão, até setembro deste ano, foram mais de 127 milhões de maços de cigarro ilegal apreendidos em todo o país. Com o aumento dos **impostos**, o contrabando e a falsificação ganham força, alimentando toda a cadeia do crime organizado e reduzindo a competitividade dos produtores brasileiros legalizados, que pagam **impostos** e geram empregos.

Para saber mais, acesse <https://contrabandonao.com.br/>.

ENTREVISTA: PERY SHIKIDA, ESPECIALISTA EM ECONOMIA DO CRIME

Estudo analisa atuação do crime organizado em SP

Um estudo conduzido pelo professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UniOeste) Pery Shikida, especialista em economia do crime, revela que a ilegalidade em São Paulo não só compensa financeiramente como gera uma renda média mensal de R\$ 46.333 aos criminosos (13 vezes o valor da renda com o trabalho legal). A equipe liderada por Shikida entrevistou 408 detentos de dez unidades prisionais da Grande São Paulo. O objetivo foi apurar as motivações que os levaram a atuar na ilegalidade. Na entrevista abaixo, o professor descreve suas percepções.

Qual a principal motivação para uma pessoa aderir a práticas criminosas?

Pery Shikida - Este trabalho faz parte de um conjunto de estudos, realizados nos últimos 25 anos. Sobre as principais motivações, os detentos apontam, pela ordem de importância, a ideia de ganho fácil, a ganância e a indução de outras pessoas.

Qual a avaliação dos entrevistados a respeito do contrabando de cigarros? A maioria dos entrevistados apontou que o contrabando de cigarros é dominado pelo crime organizado e está diretamente relacionado a outras atividades, como tráfico de drogas e de armas.

Na visão dos detentos, o que poderia inibir o contrabando?

A diferença de preço entre os cigarros legais e os contrabandeados continua sendo o principal motor do mercado ilícito. Para 76,2% dos entrevistados, uma revisão tributária sobre o cigarro reduziria o mercado ilegal. Além disso, 76,5% afirmaram que, caso o cigarro nacional tivesse preço similar ao do Paraguai, haveria transferência de consumo para o mercado legal.

"O cigarro ilegal lidera o ranking de produtos apreendidos pela **Receita Federal**, em volume. De acordo com o órgão, até setembro deste ano, foram mais de 127 milhões de maços de cigarro ilegal apreendidos" Edson Vismona presidente do FNCP

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Receita detalha incentivo fiscal de debênture de infra

Liane Thedim Do Rio

Quase dez meses depois da lei 14.801, de janeiro deste ano, criar as debêntures de infraestrutura, a **Receita Federal** publicou instrução na qual explica como os benefícios fiscais podem ser aplicados pelos emissores. A falta de clareza em relação ao tema vinha sendo apontada por gestores e advogados como um dos entraves ao novo instrumento, em que o incentivo é dado ao emissor e não ao investidor.

Segundo a instrução normativa, todos os componentes da remuneração - ou seja, a taxa e a correção por índices de preços - são considerados "juros" no cálculo de abatimento do imposto. Portanto, esse custo poderá ser deduzido para fins de apuração do lucro líquido.

Além disso, prossegue o texto, até 30% dos juros poderão ser excluídos da base de cálculo o Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A lei 14.801 dizia apenas que a empresa poderia deduzir do lucro líquido 30% do "total de juros pagos".

Mas, como as operações geralmente incluem um indexador mais a taxa, como IPCA mais 3%, por exemplo, a dúvida era se a correção poderia entrar na conta. "Foi uma decisão acertada porque sendo índice de **inflação** ou de juros, o efeito para o devedor é o mesmo.

Ele vai estar pagando", frisa Marcelo Ikeziri, coordenador da área de bancos, serviços financeiros, mercado de capitais e ativos digitais do BVA - Barreto Veiga Advogados.

Para André Novaski, sócio da área tributária do Demarest, a instrução é positiva e confirma o entendimento do escritório sobre o assunto. "Não faria sentido excluir a correção da conta, porque a Receita, assim, estaria limitando o benefício, algo na linha "dou com uma mão e tiro com a outra", explica.

A Receita esclareceu também que os valores excluídos podem ser usados para compor prejuízos fiscais ou bases negativas de CSLL, o que permite que as empresas compensem perdas em exercícios futuros.

Como o público-alvo desses papéis são os fundos de pensão, que já têm isenção de IR, o modelo da conta era fundamental para que os juros oferecidos fossem vantajosos para eles. Desde janeiro, quando o novo instrumento foi criado, ainda não foram feitas emissões desses papéis.

"Com esse esclarecimento formal e vinculante da Receita, o mercado passa a ter um outro patamar para a modelagem das primeiras ofertas de debêntures de infraestrutura, porque é esse cálculo que vai fazer com que a remuneração final seja definida", comenta Alberto Faro, sócio da área de "project finance" do Machado Meyer Advogados. Ele diz que o escritório tem trabalhado na preparação de emissões sobretudo em transportes e energia, de onde veio a maior demanda.

Em agosto, em resposta a uma consulta da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), a Receita havia respondido que entendia que o cálculo correto era esse, mas ainda não havia uma instrução normativa sacramentando a leitura. "Esse entendimento foi agora formalizado de forma categórica. É um movimento muito positivo da Receita", avalia Luiz Rosa, sócio da área tributária do Machado Meyer.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188052>

Logística reversa e créditos de PIS e Cofins - OPINIÃO JURÍDICA

Ana Helena Silva Lavigne de Souza e Heitor Cesar Ribeiro são, respectivamente, advogada e sócio do escritório Gaia Silva Gaede Advogados

A **Receita Federal**, por meio da Solução de Consulta Cosit nº 11/2024, negou a possibilidade de tomada de créditos de PIS e Cofins sobre despesas com logística reversa. Esse posicionamento afeta diretamente as indústrias que incorrem em despesas no gerenciamento de seus resíduos.

No caso concreto, a consultante, que se dedica à moagem de café e fabricação de laticínios, criou um Programa de Sustentabilidade em observância à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), propondo-se a reciclar seus resíduos, incentivando os consumidores a trocarem embalagens vazias (não biodegradáveis) por brindes.

Tal programa é requisito para o licenciamento ambiental e, por conseguinte, à permissão de funcionamento.

A Receita vedou o direito ao crédito das contribuições porque, supostamente, as despesas não atenderiam aos requisitos de essencialidade e relevância fixados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no REsp 1221170/PR, já que o direito ao crédito estaria condicionado ao emprego das despesas diretamente no processo produtivo.

Não obstante o entendimento do Fisco, mesmo que as referidas despesas ocorram após a fase de produção, ainda assim elas se enquadram como insumos para fins de tomada de crédito de PIS e Cofins sob o critério da "relevância".

Nesse sentido, o STJ firmou a tese de que o conceito de insumo deve ser aferido: 1) à luz da "relevância", para os casos em que o gasto, embora não seja indispensável à produção ou prestação de serviço, integre a atividade econômica ou a cadeia produtiva por força de imposição legal; ou 2) à luz da "pertinência", com base nos critérios de essencialidade ou relevância, ou seja, considerando-se a imprescindibilidade ou a importância de determinado item para o desenvolvimento da atividade econômica desempenhada pelo contribuinte.

Dessa maneira, para o enquadramento do dispêndio

como insumo à luz da "relevância", por se tratar de imposição legal, não há como requisito a obrigatoriedade de que o gasto seja aplicado no processo fabril.

Diferentemente, para o seu enquadramento como insumo, basta que o gasto decorra de uma imposição legal que, caso não seja atendida, inviabilize a operação do contribuinte.

Posto isso, a Lei nº 12.305/2010 expressamente atribuiu a responsabilidade de estruturar e implementar medidas de reciclagem e logística reversa aos fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes e seus resíduos e embalagens, lâmpadas fluorescentes e produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Além do tratamento para os produtos especificamente listados, a lei também atribui aos fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores a responsabilidade de, quando firmados compromissos com o Poder Público, participar de ações previstas nos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos. A isso somam-se as normas regulatórias direcionadas para o descarte adequado, reciclagem e demais ações de logística reversa para tantos outros segmentos, como vestuário, fármacos, indústria de automóveis e de alimentos, por exemplo, cujo descumprimento submete as empresas a severas penalidades pecuniárias e que, no limite, impedem o próprio funcionamento das operações.

Em tema semelhante, o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** é favorável aos contribuintes ao admitir créditos de PIS e Cofins sobre despesas com tratamento de resíduos e efluentes decorrentes do seu processo industrial (como nos acórdãos nº 3301-012.931 e nº 9303-012.724). Nesse caso, o **Carf** reconhece a obrigação legal do contribuinte de tratar seus resíduos industriais, a fim de evitar a contaminação do meio ambiente (seja contaminação do solo, da água ou do ar).

Especificamente quanto à logística reversa, ainda é incipiente a quantidade de julgados favoráveis à tomada dos créditos de PIS e COFINS (acórdãos nº 3301-013.627, nº 3301-013.636 e nº 3301-013.637). Além disso, o acórdão nº 3301-014.003 negou o

crédito sobre o frete na operação de logística reversa, porque ele supostamente ocorreria após a operação de venda, não se enquadrando como insumo (inciso II do artigo 3º das leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003) nem como transporte na operação de venda (inciso IX do mesmo dispositivo legal).

Não obstante, ainda que as referidas despesas ocorram em uma fase pós-produção, não se pode entender que seja pós-venda, já que o compromisso do industrial perante o comprador e perante a sociedade apenas se encerra após a consubstanciação das ações de logística reversa.

Ademais, não é lógico, tampouco coerente com as ações necessárias para combater a flagrante crise climática e ambiental, que seja dado tratamento diverso (e mais desfavorável) aos contribuintes que promovam a logística reversa e reciclagem de suas embalagens ou que adotem práticas de economia circular, que são ferramentas para diminuir a degradação ambiental.

Sendo assim, não nos resta dúvida de que os gastos com logística reversa e reciclagem, sejam eles decorrentes de obrigação legal, política da empresa ou acordo com órgãos públicos, enquadram-se como insumos nos termos dos conceitos fixados pelo STJ, de maneira que o posicionamento desfavorável ao contribuinte emitido pela **Receita Federal** não possui qualquer fundamento legítimo e pode ser questionado junto aos tribunais administrativos e judiciais, além de constituir flagrante medida de desestímulo a práticas de proteção ao meio ambiente, tão urgentes e necessárias no contexto atual, em que nosso planeta padece e pede socorro.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052>

Deputados elaboram proposta alternativa de corte de gastos

GERALDA DOCA gefalda@bsboglobocom.br BRASÍLIA

Diante da demora do anúncio do pacote fiscal pelo governo, um grupo de parlamentares finaliza uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com medidas de corte de despesas e já busca colher assinaturas para protocolar o texto alternativo. A proposta foi elaborada com ajuda da consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e tem como espinha dorsal a desindexação e desvinculação do Orçamento da União. A projeção é de uma economia de R\$ 1,5 trilhão em dez anos.

A proposta foi apresentada pelos deputados Pedro Paulo (PSD-RJ), Kim Katagiri (União-SP) e Julio Lopes (PP-RJ). O texto, por exemplo, desvincula do salário mínimo benefícios previdenciários do INSS, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o abono salarial. Os critérios de reajuste seriam definidos a cada quatro anos, mas inicialmente, entre 2026 e 2031, o aumento seria apenas pela inflação.

A PEC também revoga os pisos de Saúde, Educação e a complementação da União para o Fundeb (fundo de financiamento de educação básica). Tudo seria definido por lei posterior.

Outro trecho prevê limitar o crescimento das emendas parlamentares a um percentual fixo das despesas discricionárias do Poder Executivo. A proposta ainda trata dos supersalários no poder público. Servidores públicos não podem ter vencimentos acima do salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que hoje é de R\$ 44.008,52. A PEC limita o somatório de todas as parcelas de caráter indenizatório a 30% do subsídio mensal de magistrados do STF e proíbe o pagamento retroativo dessas parcelas.

ABONO SALARIAL

A proposta também prevê um ajuste no abono salarial (PIS/ Pasep) reduzindo o critério de renda de dois salários mínimos para um salário mínimo.

Pedro Paulo disse que o texto definitivo deverá ficar pronto nesta semana. Ele afirmou que avisou o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) sobre a iniciativa dos parlamentares: -A gente está entendendo as dificuldades dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento dentro do governo em

preparar as medidas de ajuste fiscal e já espera que o pacote venha desidratado.

O parlamentar citou declarações do próprio governo de que as medidas vão apenas no sentido de permitir que os gastos caibam no arcabouço fiscal, sem enfrentar as despesas de forma estruturante, a médio e longo prazos.

- O governo deveria enfrentar os maiores gastos da União, que desorganizam e desequilibram o Orçamento, que está deficitário desde 2014. Isso daria credibilidade e permitiria o crescimento da economia de forma sustentável - afirmou Pedro Paulo.

Para o parlamentar, sem enfrentar esses gastos as políticas fiscal e monetária não caminharão juntas, o que tornará o trabalho do Banco Central em reduzir juros cada vez mais difícil. O deputado estima que o pacote do governo teria potencial para gerar uma economia de no máximo R\$ 70 bilhões em dois anos. Pela PEC alternativa, a economia ficaria entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões por ano.

Site: <https://infoglobopressreader.com/o-globo>

"Diagnóstico é maior desafio de política pública"

Anais Fernandes De São Paulo

O principal desafio para boas políticas públicas está já no seu ponto de partida: realizar o diagnóstico correto do problema a ser enfrentado. Isso é especialmente verdadeiro em um país como o Brasil, onde mexer em políticas mesmo quando elas se mostram ineficazes é politicamente difícil, como fica claro no esforço mais recente do governo para cortar gastos. O alerta é de Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper e organizador do livro "Políticas públicas bem-sucedidas: lições para promover o bem comum" (ecl.Jandaíra, 2024), a ser lançado hoje.

"Um denominador comum das políticas no livro é a preocupação com o diagnóstico, dar um passo de cada vez", diz Mendes. "O diagnóstico apressado, olhar sintoma e confundir com causa, querer atuar sobre o sintoma de forma apressada, com baixo teor analítico, sempre leva a maus resultados."

O livro surgiu da provocação para mostrar a outra face da moeda de uma obra que Mendes organizou em 2022: "Para não esquecer: políticas públicas que empobrecem o Brasil". Em 11 capítulos, o novo livro aborda políticas no campo da educação, segurança, saúde, meio ambiente, finanças, entre outros, analisadas por especialistas das respectivas áreas.

"Agente tem a tendência no Brasil de achar que o governo tem de entrar em todas as áreas e acabamos não analisando adequadamente o que se quer resolver", afirma Mendes. No sentido contrário, de um bom diagnóstico, ele cita capítulo do livro sobre a implementação do ensino médio integral (EM1), que partiu de dois indicadores: alta evasão e baixo desempenho nesse estágio escolar.

Feito um bom diagnóstico, é preciso entender suas causas e atuar sobre elas, diz Mendes. Ainda sobre o EMI, afirma, uma marca dessas escolas é a capacidade de selecionar melhores professores, premiá-los ou demiti-los quando necessário, ter uma política de seleção de diretores, ou seja, toda uma preocupação com a estratégia de gestão da escola.

"Quando isso foi bem feito, como no caso de Pernambuco, há sinais de que deu bastante certo. Quando simplesmente aumentaram o tempo das crianças na escola, sem redesenhar o currículo e sem

ter esses outros requisitos de organização, parece que o resultado não foi bem esse", diz Mendes.

Outro exemplo, presente no livro, são as Políticas Público-Priva-das (PPPs) em estádios de futebol. "A Bahia fez uma PPP bem desenhada e vai bem, enquanto Pernambuco fez uma mal desenhada e vai muito mal", afirma Mendes.

Um dos problemas, segundo ele, é que fazer uma boa gestão da política pública parece que "não está muito na cultura brasileira". "Aqui, se precisa melhorar a educação, a gente coloca metas lá em cima, dá mais dinheiro e acha que ele vai produzir resultado sozinho", diz Mendes.

Por outro lado, ele destaca que começa a surgir, principalmente nas administrações estaduais, a noção da importância de se fazer "experimentos controlados" antes da implementação da política. É o que aparece no capítulo do livro sobre o uso de câmeras corporais pelas polícias brasileiras. "O Estado de São Paulo fez uma implementação faseada, colocando em novos pelotões. Santa Catarina fez até melhor porque fez sorteio, decidindo de forma aleatória quem usaria ou não a câmera e, com isso, você consegue medir melhor os resultados", diz Mendes.

Realizar esse tipo de "teste" requer, porém, assessoria. "Imagina chegar a uma organização de polícia militar e ensinar aos dirigentes técnicas de avaliação de políticas públicas. É uma coisa muito longe da formação tradicional deles. Então, precisa ter um esforço e uma colaboração entre centros de pesquisa e a administração", afirma.

Nesse sentido de colaboração, diz Mendes, o federalismo brasileiro, que tantas vezes é problemático, pode trazer resultados favoráveis. "Várias das experiências do livro são no plano estadual. São diferentes governos tentando diferentes alternativas, algumas dão certo, outras não; as que dão certo podem ser replicadas, outras podem ser abandonadas", afirma.

Ampliando esse escopo, Mendes diz que boas políticas públicas também estão em conexão com os avanços teóricos e práticos ao redor do mundo, mas sem perder de vista as particularidades de contextos locais.

"Um dos capítulos do livro mostra que a **Receita Federal** usou três métodos consagrados de comunicação, a partir de teorias da economia comportamental, para estimular a quitação de **tributos**. Dois deram errado e um deu certo. Um "policymaker" descuidado falaria que os métodos dariam certo em qualquer lugar, mas o pessoal testou e escolheu ficar só com a melhor estratégia, reduzindo custos e aumentando a efetividade", conta.

Outro exemplo, também analisado no livro, é o do Cadastro Único (CadÚnico). "Toda a literatura internacional apontava na direção de fazer algo hiper controlado. O Brasil optou pela entrada via padrão declaratório, ou seja, a pessoa declara sua renda. Assim, você consegue reduzir o custo de entrada e, com mecanismos de controle paralelos e cruzamento de dados, pode reduzir fraudes e erros", diz.

Ele pondera que isso funcionou por um tempo, até o aumento do valor do Bolsa Família em 2022 estimular a fragmentação artificial das famílias no CadÚnico. "As políticas podem regredir. Essa é outra lição do livro: boas políticas não são garantia de sucesso para sempre. A política tem de ir aprendendo com a prática, se renovando e não deixar a peteca cair", afirma Mendes, acrescentando que isso também vale para o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), lançado em 2004 e tema de outro capítulo do livro.

O livro surge em um momento em que o governo discute uma série de medidas para controlar gastos públicos, o que passa por mexer em políticas em curso. Para Mendes, no entanto, muitas vezes o "mundo político" cria "vacas sagradas", políticas que são "intocáveis", independentemente de haver avaliação negativa.

É também porque, no Brasil, uma vez criada uma política, é muito difícil acabar com ela, que Mendes retorna a seu argumento inicial. "Antes de criar uma política pública, que se faça um diagnóstico bem feito, uma análise do problema, dos diferentes caminhos a serem tomados, porque, se tentar uma rota equivocada, para voltar atrás, vai ser muito difícil", afirma.

Ao mesmo tempo, diz Mendes, boas políticas têm de ser suficientemente fortes para resistir a mudanças de governo. "Precisa ter estabilidade institucional. Até porque muitas políticas dependem de tempo, experiência e aprendizado", afirma, citando como exemplo a Agenda BC#, uma pauta de trabalho centrada na evolução tecnológica do sistema financeiro que inclui o Pix, outro caso de política bem-sucedida do livro.

"Mundo político cria "vacas sagradas" que se tornam intocáveis" Marcos Mendes

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052?page=2§ion=1>

Bancos suspendem oferta de consignação do do INSS

**Mariana Ribeiro e Jéssica Sant"Ana De São Paulo e
Brasília**

Está crescendo a pressão dos bancos sobre o governo para que haja uma revisão do teto de juros do consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Algumas instituições começaram a suspender a oferta da modalidade e parte do mercado já fala em entrar na Justiça questionando a competência do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) para definir o limite.

O Pan anunciou na segunda-feira a suspensão da oferta por meio do canal de correspondentes bancários. Segundo apurou o Valor, outras instituições seguiram o mesmo caminho, como BMG, Mercantil e Bannisul.

As instituições alegam que a elevação dos custos de captação - em um cenário de aumento da taxa básica de juros - é incompatível com o limite atualmente em vigor no consignado **INSS**. Desde junho, o teto está em 1,66% ao mês para operações com desconto em folha.

Segundo apurou o Valor, representantes de instituições financeiras fizeram na segunda-feira uma apresentação ao grupo de trabalho do CNPS na qual defenderam a inviabilidade das operações nas condições atuais. Elas alegam que, enquanto a taxa DI de dois anos vem subindo (ou seja, o custo de captação cresce), o teto do consignado **INSS** vai na direção contrária.

As instituições dizem que, em março do ano passado, quando diversos bancos suspenderam a oferta da modalidade, o spread das operações estava em 0,73%, e atualmente está em 0,62%.

Uma reunião do CNPS estava marcada para ocorrer nesta quinta- feira, mas foi remarçada para 10 de dezembro. A previsão era que o teto entrasse na pauta. Participantes do setor dizem que não parece haver intenção do Ministério da Previdência em rever o teto. Um membro do conselho afirmou que o ministério tem "fugido" do tema.

Desde que o Comitê de Política Monetária (Copom)

voltou a subir a Selic, o assunto não foi mais trazido à pauta, apesar do pedido feito pelas instituições financeiras.

"A consequência natural é que bancos comecem a suspender a oferta por total inviabilidade econômica da operação", disse um representante de instituição financeira ao Valor. "E por que continuam operando? Na expectativa de que o governo faça uma revisão do teto", acrescenta.

Para ele, o patamar mínimo viável hoje seria algo em torno de 1,97% ao mês. Sócio e CEO da Byx Capital, Fernando Perrelli fala em um nível entre 1,95% ao mês e 2%.

Parte das instituições financeiras defende que o Conselho Monetário Nacional (CMN), formado por Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Banco Central, é que deveria definir o teto de juros para a modalidade, e não o CNPS, formado por representantes do Ministério da Previdência, dos aposentados, dos trabalhadores em atividade e dos empregadores.

Assim, de acordo com fontes ouvidas pelo Valor, há uma mobilização para levar o tema à Justiça.

"O caminho que tem restado aos bancos, através de sua associação de classe, é levar este tema para a esfera judicial", concorda Perrelli.

Procurado, o BMG disse que suspendeu temporariamente a oferta de empréstimos consignados conveniados ao **INSS** pelo seu canal de correspondentes bancários a partir de ontem. O Mercantil também disse que paralisou a oferta em canais de terceiros. Ambos citam o aumento do custo de captação e o atual teto de juros.

Neste mês, o CEO do Pan, Carlos Eduardo Guimarães, disse ao Valor que a origemação de consignado **INSS** deve ter uma queda razoável no quarto trimestre, em função de os spreads estarem apertados.

"Se isso se mantiver por dois, três, quatro trimestres, aí começará a ter impacto na nossa carteira", afirmou.

No terceiro trimestre, 62,8% da sua origemação de

consignado foi para beneficiários do **INSS**.

O Banrisul e o Ministério da Previdência não retornaram até o fechamento desta edição.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052>

Você conhece os direitos dos pacientes com câncer?

O Direito abrange a vida da sociedade em diversos segmentos, no que concerne ao trabalho, com o escopo de prevenir o câncer, em 2018 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) recebeu a previsão de ausência do empregado em até 3 dias, a cada 12 meses de trabalho, para a realização de exames preventivos, desde que devidamente comprovado.

No que concerne aos pacientes com câncer, a Lei estabelece algumas prerrogativas, uma delas é a possibilidade de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seja quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido da doença, tal previsão está no artigo 20, inciso XI da Lei 8.039/90.

Em que pese não haver previsão legal de estabilidade/garantia no emprego para os pacientes acometidos da doença, os empregados que recebem atestados médicos de até 15 dias terão suas faltas abonadas e o salário e demais direitos pagos normalmente pelo empregador, caso o atestado seja superior a isso, a empresa deverá encaminhar o trabalhador empregado para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Cabe ressaltar, que o Tribunal Superior do Tra-

balho (TST) editou a súmula de jurisprudência de número 443, que entende presumida a discriminação na despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego.

A decisão do TST é no sentido de preservar a dignidade dos trabalhadores que estão acometidos de câncer e no momento que mais precisam de apoio e respeito.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/arxb/#p=1>

Conselho de Recursos da Previdência define regras para incluir auxílio-doença na aposentadoria

Cristiane Gercina

O CRPS (Conselho de Recursos da **Previdência Social**) definiu uma regra única, detalhada e mais benéfica aos segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que ficam afastados de suas atividades, recebendo auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, e precisam contabilizar o período para se aposentar.

Quem recorrer ao órgão poderá incluir o tempo de afastamento como contribuição como carência - período mínimo que garante direito a um benefício previdenciário- na soma para a aposentadoria, desde que esteja intercalado entre contribuições.

Isso significa que o segurado tem que comprovar pagamentos ao **INSS** antes de se afastar e depois de receber alta médica. A regra vale para pedidos protocolados a partir de janeiro de 2009.

Segundo a advogada previdenciarista Adriane Bramante, presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-SP, a medida regulamenta normas que vão ser aplicadas a quem recorre ao conselho contra uma decisão negativa dada de forma administrativa no **INSS**.

A especialista afirma que, antes, havia decisões judiciais distintas, o que prejudicava o segurado. Além disso, o julgamento do Tema 1.125 pelo STF (Supremo Tribunal Federal) também causou certa confusão na hora de se aplicar o direito.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

"O STF, de forma bem equivocada, entendeu que o período de afastamento conta como tempo de contribuição e como carência desde que esteja entre atividade laborativa, o que deixou de fora muitos tipos de segurados", diz ela.

Entre os prejudicados pela decisão estão os segurados facultativos, que desempregados ou

estudantes, além de donas de casa de baixa renda, que não recebem nenhuma remuneração, mas contribuem com o **INSS**.

Alexandre Triches, diretor do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), afirma que o instituto passou a reconhecer esse direito de forma administrativa, nas APSs (Agências da **Previdência Social**), após ação civil pública, mas que havia diferentes entendimentos dependendo da região do país.

"A forma como o **INSS** aceita não é uma forma universal, ele coloca muitas restrições de datas, e ainda gera muito indeferimento, porque não é tão simples de o servidor avaliar", diz Triches.

"Esse enunciado, na verdade, é um reforço importante, embora não envolva o **INSS**, mas o CRPS, que é uma espécie de tribunal para aqueles que recorrem a ele por ter o direito negado administrativamente."

O enunciado 18, aprovado no final de outubro, afirma ser garantido ao segurado a contagem dos períodos em que esteve recebendo benefício por incapacidade "para fins de carência, desde que intercalados com períodos de contribuição ou atividade laborativa".

A norma é válida para pedidos a partir de 29 de janeiro de 2009, em todo o território nacional, e se aplica também aos segurados facultativos.

No caso dos segurados que recebem benefícios acidentários, por doença ou acidente de trabalho, não é necessário intercalar com períodos de contribuição ou de atividade remunerada. Para Adriane, no entanto, o segurado deve sempre pagar ao menos uma contribuição após receber alta médica.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Triches destaca que a medida deve diminuir a judicialização dos casos, já o segurado que tem o benefício negado pelo **INSS** muitas vezes leva o caso

à Justiça e não recorre ao conselho. Agora, buscar o CPRS será mais vantajoso e, em alguns casos, pode ser até mais rápido.

"Vai reduzir litígios, e o **INSS** é o maior litigante da Justiça hoje", diz ele.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/conselho-de-recursos-da-previdencia-define-regras-para-incluir-auxilio-doenca-na-aposentadoria.shtml>

Como calcular o 13º salário? Essa e outras perguntas sobre o pagamento

Por BBC

O pagamento do décimo terceiro salário pode injetar mais de R\$ 321 bilhões na economia, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o Dieese.

Segundo a organização, 92,2 milhões de brasileiros receberão o pagamento de, em média, R\$ 3 mil. O décimo-terceiro foi instituído no país em 1962.

Veja abaixo respostas às principais dúvidas sobre o décimo-terceiro.

Até quando devo receber a primeira parcela?

Até a sexta-feira, 29/11.

A segunda parcela deve ser paga até 20 de dezembro, segundo a legislação vigente.

Quem tem direito ao décimo-terceiro?

Trabalhadores que estiverem no regime da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, **servidores públicos**, aposentados e pensionistas. A partir de 15 dias de serviço o trabalhador já passa a ter o direito de receber e o pagamento é proporcional ao período trabalhado.

Empregados dispensados por justa causa não têm direito.

Já os dispensados sem justa causa devem receber o valor proporcional junto com a rescisão. Quem está de licença maternidade ou afastado por doença ou acidente também recebe normalmente.

É cobrado algum imposto?

Sim. Sobre o valor recebido são cobrados imposto de renda e **INSS**. Esses valores são cobrados na segunda parcela. A primeira parcela não tem descontos.

Como é calculado o décimo-terceiro?

O décimo terceiro é o pagamento de um salário extra ao trabalhador no final de cada ano, que corresponde a 1/12 da remuneração por mês trabalhado. Para

saber o valor, basta dividir a remuneração integral (salário bruto) por 12 e multiplicar pelo número de meses trabalhados.

Para um salário bruto de R\$ 2 mil, considerando alguém que tenha trabalhado todo o ano (12 meses), por exemplo, a primeira parcela seria de R\$ 1 mil e a segunda, de R\$ 919,90, após desconto de 9% do **INSS** - nessa faixa de salário, não há desconto de imposto de renda.

LEIA TAMBÉM:

13º salário: quanto vale, quando cai na conta e quem tem direito à primeira parcela de 2024 Como surgiu o 13º salário e qual a importância de enxergá-lo como um direito, e não um bônus Como décimo terceiro salário surgiu de greve geral após vitória do Brasil na Copa de 1962

VEJA MAIS EM:

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/11/27/como-calculer-o-13deg-salario-essa-e-outras-perguntas-sobre-o-pagamento.ghtml>

Como funciona a licença menstrual no Brasil? Conheça empresas que já aderiram

Por Rayane Moura, g1

Um projeto de lei federal propõe licença remunerada de três dias consecutivos, todos os meses, às mulheres que comprovarem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal promulgou a Lei Complementar que garante até três dias de afastamento mensal para servidoras distritais.

No Pará, um projeto de licença foi proposto, mas vetado pelo governador. Já no Tocantins, uma proposta foi apresentada na Assembleia Legislativa.

Fora do Brasil, a lei já é realidade em países como Japão, Taiwan, Indonésia e Coreia do Sul, além da Zâmbia. A Espanha foi o primeiro país ocidental a oferecer a licença.

Os sintomas de complicações durante a menstruação são muito conhecidos. E, por mais que os efeitos sejam sacrificantes, como fortes cólicas, dores de cabeça intensas e no corpo, a lei brasileira não prevê um abono ou licença médica para o dia de trabalho nessas condições.

Mas algumas empresas saíram na frente da legislação e estão oferecendo, por conta própria, a licença menstrual como benefício às funcionárias.

"Eu já usei a licença, por exemplo, para metade do período. Só trabalhei de manhã, não trabalhei à tarde e consegui repousar sem me preocupar em ir atrás de um atestado médico", conta Bianca Andrade, analista de implantação da Digix.

A empresa desenvolvedora de soluções em software do Mato Grosso do Sul foi a primeira empresa a adotar a licença menstrual no país, em março do ano passado. A Digix conta com 811 colaboradores e, desse total, 530 são mulheres - o que representa 65% do quadro de trabalhadores.

As funcionárias que precisem usar o benefício só devem avisar seu gestor direto e podem se afastar do trabalho sem a necessidade de apresentar um atestado médico. O auxílio é lançado na folha de ponto para justificar a falta.

"Implementamos a licença menstrual para transformar a relação entre saúde e trabalho, reconhecendo os impactos dos sintomas menstruais na produtividade e bem-estar. Esse acolhimento tem sido muito bem recebido e esperamos inspirar outras empresas", afirma Suely Almoas, presidente da Digix.

Desde 2023 foram concedidas mais de 1,3 mil licenças, sendo 580 em 2023 e 750 até setembro de 2024. O tempo médio é de um dia de ausência. Para suprir a falta de uma funcionária, as demandas do trabalho são divididas entre o restante da equipe.

O mesmo acontece no Grupo MOL, empresa de produtos e serviços de impacto social. Lá, 83% da equipe é formada por mulheres, que têm direito à licença menstrual desde março de 2023. A empresa conta com o total de 53 funcionários, sendo 44 mulheres.

As regras são semelhantes às da Digix. A ideia partiu de Roberta Faria, cofundadora e presidente da MOL, que se inspirou na licença menstrual que foi aprovada como lei na Espanha.

Roberta diz que o benefício pouco afetou a produtividade. "Até setembro deste ano, foram tiradas 52 licenças, sendo que mais de 73% das utilizações são de meio período e apenas em um turno: manhã ou tarde", descreve.

"Eu precisei uma vez desde que começou o benefício. Avisei minha superior e descansei o resto do dia", afirma Carol Muccida, que é gerente de novos negócios e foi uma das primeiras funcionárias a utilizar a licença.

LEIA MAIS

Entenda a diferença entre pessoas que menstruam' x 'mulheres que menstruam'**CÓLICA:** Quando devemos nos preocupar com a dor durante a menstruação?**SINTOMAS GRAVES:** Por que sentir cólica menstrual pode não ser normal, segundo especialistas

Regras para empresas

Como a licença menstrual é uma regra interna das empresas que a adotam, é o próprio empregador que

define todas as diretrizes de funcionamento. Mas a licença também pode ser implementada por meio de convenção sindical ou negociações coletivas.

O que não pode haver em hipótese alguma é desconto no salário, alerta Marina Camargo Aranha, advogada trabalhista do escritório Lobo de Rizzo. E, depois que a licença menstrual for implementada pela empresa, ela não pode ser retirada.

Isso porque, o artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que as alterações nos contratos de trabalho só podem ser feitas com o consentimento mútuo entre empregador e empregado.

Nos casos em que houver convenção coletiva de trabalho ou acordo negociado com o sindicato, vigência é de até dois anos. Após o prazo, a licença precisa ser revista", completa a especialista.

Licença menstrual pode virar lei?

A CLT não tem prevê nenhuma licença específica para quem sofre com complicações durante o ciclo menstrual. Qualquer pessoa que precisar se ausentar do trabalho por esse motivo se enquadra na licença médica comum.

Ou seja, é necessário que a incapacitação do trabalhador seja justificada por um médico especializado por meio de um atestado. Nesse caso, a licença também é remunerada e não pode gerar descontos no salário, afirma a advogada especialista em diversidade e inclusão Mariana Covre.

Um projeto de lei federal, que está em andamento na Câmara dos Deputados, propõe licença remunerada de até três dias consecutivos, todos os meses, às mulheres que comprovarem sintomas graves associados ao fluxo menstrual. A ideia é que isso seja incluído na CLT.

Alguns estados também têm tentado aprovar a licença menstrual para **servidores públicos**. No Distrito Federal, uma lei aprovada em fevereiro deste ano concede três dias de afastamento por mês para servidoras distritais que comprovarem sintomas graves associados à menstruação.

O projeto chegou a ser vetado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB), mas a decisão foi derrubada pelos deputados distritais. Em março deste ano a lei foi promulgada, mas o Governo do Distrito Federal informou que iria entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade.

Na época, o governo disse que a Câmara Legislativa não tem competência para legislar sobre

regulamentação da administração. A regulamentação não chegou a ser publicada no Diário Oficial, mas, segundo especialistas, isso não impede que as servidoras peçam a licença. (entenda mais)

No Pará, um projeto de licença menstrual foi proposto, mas vetado pelo governador Helder Barbalho (MDB). Já no Tocantins, outro projeto de lei para servidores do estado foi apresentado na Assembleia Legislativa, mas ainda será votado pelas comissões e plenário.

Fora do Brasil, alguns países já garantem legalmente a licença menstrual. Em 2023, a Espanha se tornou o primeiro país ocidental a oferecer o benefício. Ela também já existe no Japão, em Taiwan, na Indonésia, na Coreia do Sul e na Zâmbia.

Como funciona atualmente no Brasil?

Quando um trabalhador precisa ficar até 15 dias afastado das funções por conta de saúde, quem cobre essa licença remunerada é o empregador. Já quando o funcionário entrega atestados seguidos, a responsabilidade dos pagamentos passa a ser do **INSS**.

Segundo a advogada Mariana Covre, o projeto de lei federal que está em andamento na Câmara dos Deputados tem como objetivo garantir o afastamento especializado relacionado ao ciclo menstrual sem complicações. Ou seja, quem sofre com dores não vai precisar ir mensalmente ao médico.

"Não vai precisar se enquadrar naquele afastamento geral, que exige uma série de coisas. A mulher sempre fica insegura e na dúvida se o médico do trabalho, por exemplo, vai aceitar um atestado dela por se tratar de um afastamento menstrual, tem todo um preconceito", completa a advogada.

Segunda a médica Lia Cruz Damásio, diretora de Defesa e Valorização da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), existe uma pequena parcela de mulheres que sofre com fortes dores durante o ciclo menstrual, que são chamadas de incapacitantes.

Como o nome já diz, são dores que afetam o dia a dia a ponto de prejudicar o estudo ou trabalho. Há também casos de fraqueza, vômitos, suores, tontura e até desmaios.

Muitas vezes esses sintomas podem estar ligados a problemas de saúde, como endometriose, adenomiose, mioma, infecção sexualmente transmissível, entre outros. Nesses casos, é necessária uma investigação para ter o diagnóstico e tratamento adequado.

"Alguns mecanismos podem levar a mulher sentir dores durante a menstruação. Mas nem sempre tem uma doença associada. A maioria dos casos se resolve com o uso de anti-inflamatório, ou medicamentos que vão diminuir o sangramento", explica a ginecologista e obstetra.

Ainda de acordo com a diretora da Febrasgo, geralmente, os sintomas são bem controlados com medicamentos e não existe a necessidade de afastamento. Mas isso só acontece com diagnóstico e tratamento adequado.

A médica ainda afirma que a licença se faz necessária para acolhimento adequado dessas mulheres. Homens trans, intersexuais, queer ou não binários que menstruam também podem sofrer as consequências de sintomas graves associados ao ciclo.

"Essa é uma discussão bastante válida, no sentido de não negligenciar essas mulheres em sofrimento. Mas precisamos de uma regulamentação realmente adequada, para que o uso dessa licença menstrual não seja banalizado, por isso a importância do diagnóstico", completa.

LEIA TAMBÉM

Admiração mútua e quem cozinha sou eu : o que dizem maridos de mulheres CEOs
Paciência, foco, tolerância: habilidades de mãe fizeram essas profissionais serem mais valorizadas no trabalho

Veja mais

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2024/11/27/como-funciona-a-licenca-menstrual-no-brasil-conheca-empresas-que-ja-aderiram.ghtml>

Bancos suspendem oferta de consignado do INSS

Por Mariana Ribeiro e Jéssica Sant'Ana - De São Paulo e Brasília

27/11/2024 05h02 Atualizado há uma hora

Está crescendo a pressão dos bancos sobre o governo para que haja uma revisão do teto de juros do consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Algumas instituições começaram a suspender a oferta da modalidade e parte do mercado já fala em entrar na Justiça questionando a competência do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) para definir o limite.

O Pan anunciou na segunda-feira a suspensão da oferta por meio do canal de correspondentes bancários. Segundo apurou o Valor, outras instituições seguiram o mesmo caminho, como BMG, Mercantil e Banrisul.

As instituições alegam que a elevação dos custos de captação - em um cenário de aumento da taxa básica de juros - é incompatível com o limite atualmente em vigor no consignado **INSS**. Desde junho, o teto está em 1,66% ao mês para operações com desconto em folha.

Segundo apurou o Valor, representantes de instituições financeiras fizeram na segunda-feira uma apresentação ao grupo de trabalho do CNPS na qual defenderam a inviabilidade das operações nas condições atuais. Elas alegam que, enquanto a taxa DI de dois anos vem subindo (ou seja, o custo de captação cresce), o teto do consignado **INSS** vai na direção contrária.

As instituições dizem que, em março do ano passado, quando diversos bancos suspenderam a oferta da modalidade, o spread das operações estava em 0,73%, e atualmente está em 0,62%.

Uma reunião do CNPS estava marcada para ocorrer nesta quinta-feira, mas foi remarçada para 10 de dezembro. A previsão era que o teto entrasse na pauta. Participantes do setor dizem que não parece haver intenção do Ministério da Previdência em rever o teto. Um membro do conselho afirmou que o ministério tem "fugido" do tema. Desde que o Comitê de Política Monetária (Copom) voltou a subir a Selic, o assunto não foi mais trazido à pauta, apesar do pedido feito

pelas instituições financeiras.

"A consequência natural é que bancos comecem a suspender a oferta por total inviabilidade econômica da operação", disse um representante de instituição financeira ao Valor. "E por que continuam operando? Na expectativa de que o governo faça uma revisão do teto", acrescenta.

Para ele, o patamar mínimo viável hoje seria algo em torno de 1,97% ao mês. Sócio e CEO da Byx Capital, Fernando Perrelli fala em um nível entre 1,95% ao mês e 2%.

Parte das instituições financeiras defende que o Conselho Monetário Nacional (CMN), formado por Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Banco Central, é que deveria definir o teto de juros para a modalidade, e não o CNPS, formado por representantes do Ministério da Previdência, dos aposentados, dos trabalhadores em atividade e dos empregadores. Assim, de acordo com fontes ouvidas pelo Valor, há uma mobilização para levar o tema à Justiça. "O caminho que tem restado aos bancos, através de sua associação de classe, é levar este tema para a esfera judicial", concorda Perrelli.

Procurado, o BMG disse que suspendeu temporariamente a oferta de empréstimos consignados conveniados ao **INSS** pelo seu canal de correspondentes bancários a partir de ontem. O Mercantil também disse que paralisou a oferta em canais de terceiros. Ambos citam o aumento do custo de captação e o atual teto de juros.

Neste mês, o CEO do Pan, Carlos Eduardo Guimarães, disse ao Valor que a originação de consignado **INSS** deve ter uma queda razoável no quarto trimestre, em função de os spreads estarem apertados. "Se isso se mantiver por dois, três, quatro trimestres, aí começará a ter impacto na nossa carteira", afirmou. No terceiro trimestre, 62,8% da sua originação de consignado foi para beneficiários do **INSS**.

O Banrisul e o Ministério da Previdência não retornaram até o fechamento desta edição.

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/11/27/banc>

os-suspendem-oferta-de-consignado-do-inss.ghtml

IPVA não aumenta e IPTU terá alta de 4,09%

A Câmara Legislativa aprovou ontem o Projeto de Lei nº 1.386/2024 que estabelece a pauta de valores venais para veículos licenciados no Distrito Federal. O índice é o responsável pelo lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e, de acordo com a proposta, não terá aumento para o ano de 2025.

O projeto do Poder Executivo mantém as alíquotas do ano de 2024 para 2025, desde que não haja a majoração dos valores dos veículos.

Em casos especiais, a Secretaria de Fazenda poderá fazer a revisão, com o intuito de manter os valores dentro dos padrões legais.

Segundo a Secretaria de Fazenda, a expectativa de arrecadação para 2025 é de R\$ 1.977.173.258,00.

Ainda de acordo com a pasta, a lei não veicula aumento de despesas nem benefícios ou qualquer forma de desoneração fiscal para os cofres públicos.

A Casa aprovou emenda que permite que contribuintes usufruam de benefícios fiscais quando estiverem quitando pagamentos parcelados junto ao governo.

IPTU terá reajuste Por outro lado, a CLDF aprovou ontem a atualização dos valores do Imposto sobre a Propriedade Territorial Predial Urbana (IPTU) para 2025. A proposta atualiza o valor do tributo em 4,09% em relação ao cobrado em 2024.

De acordo com o Projeto de Lei 1.387/2024, com a atualização proposta pelo Poder Executivo, o Governo do Distrito Federal (GDF) deverá superar a arrecadação em R\$ 14,3 milhões para além do que foi previsto para o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025, de R\$ 1.440.632.678,00.

Todo o valor se soma, ainda, ao percentual de 27,8% para a inadimplência; além das estimativas para o desconto nos pagamentos em cota única, a arrecadação de exercícios anteriores, a renúncia e as receitas advindas da dívida ativa, multas e juros. Segundo a proposta do Palácio do Buriti, não haverá queda na arrecadação.

O projeto foi apreciado em regime de urgência, devido

ao prazo de término do ano legislativo, em 15 de dezembro, e ao fato de o Executivo necessitar de sancionar a matéria até 31 do mesmo mês para valer em 2025.

Procuradoria A CLDF aprovou também o Projeto de Lei Complementar 60/2024, que reestrutura a carreira de apoio às atividades jurídicas do DF e de procurador do DF.

Ao todo, o Executivo propõe um reajuste de 16%, em duas parcelas, a serem pagas em agosto de 2025 e fevereiro de 2026.

O reajuste será dado a três grupos de servidores. Aos funcionários públicos da Carreira de Apoio às atividades jurídicas-analistas jurídicos, a partir da aprovação da proposta, os salários ficarão entre R\$ 7.062,50 (30 horas) e R\$ 9.416,67 (40 horas), na terceira classe, e R\$ 9.277,92 (30 horas) e R\$ 12.370,56 (40 horas), na classe especial (Suzano Almeida, do JBr)

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18327>

Inadimplência coloca em alerta mercado de crédito (Editorial)

Um amplo diagnóstico sobre o crédito divulgado pelo Banco Central (BC) no Relatório de Estabilidade Financeira emitiu um sinal de alerta - após ligeira melhora no terceiro trimestre, acumulam-se as indicações de cautela sobre o nível de inadimplência. A virada de cenário começou com a elevação dos juros básicos, com a alta da **inflação**. Em seguida, com a preocupação sobre o ajuste das contas públicas e, na sequência, com as incertezas com o dólar, após a eleição de Donald Trump para presidente dos EUA. Todos esses fatores podem piorar o cenário para a inadimplência, que nunca chegou a recuar significativamente nos bancos, apesar da melhora do mercado de trabalho, do aumento da renda e dos programas de renegociação de dívidas.

O novo quadro começou a se desenhar depois que o Copom parou de cortar a taxa básica de juros e passou a aumentá-la. A Selic subiu de 10,5% para os atuais 11,25%. O IPCA de outubro atingiu 0,56% e o acumulado em 12 meses foi a 4,76%, acima do teto da **inflação**.

No mercado, os juros sobem ainda mais, encarecendo os títulos públicos. Para este ano, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5-Bimestre acaba de mostrar ampliação do bloqueio de despesas discricionárias em R\$ 6 bilhões, para R\$ 19,3 bilhões, para cumprir o limite de despesas primárias de R\$ 28,7 bilhões, raspando no limite inferior da meta.

Todos esses fatores repercutem mal no crédito. Segundo o relatório do BC, a capacidade de pagamento das famílias e das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) continua "desafiadora". No caso das empresas, o BC ressalta o "crescente" número de pedidos de recuperação judicial, a alta do dólar e a percepção de alavancagem elevada, "apesar do dinamismo recente do comércio, dos serviços e da indústria".

Do lado das famílias, há motivo de preocupação mesmo com a melhora do mercado de trabalho. A taxa de desemprego caiu para 6,4% no terceiro trimestre do ano, o menor patamar para o período desde o início da série histórica da Pnad Contínua do IBGE, em 2012. A massa de rendimento médio real da população ocupada aumentou pouco mais de 7% em 12 meses.

Mas, como apontou o BC, o endividamento e o comprometimento de renda das famílias "persistem elevados". Após ligeiro recuo no primeiro semestre, esses índices voltaram aos picos de 2023. Os dados mais recentes do relatório de crédito do BC mostram que o endividamento das famílias equivalia a 47,9% da renda acumulada em 12 meses em agosto, o maior percentual desde dezembro de 2023. O comprometimento da renda ficava em 26,8%, o maior percentual desde outubro de 2023.

O mercado de trabalho favorável contém a inadimplência, mas sem sinais de alívio. A taxa registrada pelos bancos para atrasos acima de 90 dias se mantém entre 3,2% e 3,3% desde o início do ano. A situação é mais delicada no crédito para as famílias, cujo calote está estabilizado em 3,8%, chegando a 5,6% no crédito com recursos livres. Já no crédito para as empresas, a inadimplência média é de 2,4, e atinge 2,9% nas operações com recursos livres.

O equilíbrio depende também da disposição dos bancos em manter abertas as torneiras do crédito. O BC constatou que as instituições financeiras aumentaram "levemente" o apetite a risco no início do segundo semestre, como mostram os dados de setembro, quando a carteira de crédito com recursos livres aumentou 1,4% no mês e 9,1% em 12 meses. No caso dos empréstimos a empresas, o aumento foi de 2,4% no mês e de 7,2% em 12 meses, com a expansão sazonal de operações de desconto de duplicata e outros recebíveis e capital de giro de curto prazo. Já as operações com pessoas físicas cresceram 0,7% no mês e 10,5% em 12 meses, com destaque para um mix de produtos com garantias como o financiamento para aquisição de veículos e crédito consignado para funcionários públicos.

No entanto, há sinais de mudança de humor após o aumento dos custos de captação e da percepção de aumento do risco, que já estão sendo repassados para as taxas de crédito. A isso se soma a necessidade dos bancos de reforçar provisões para enfrentar mudanças regulatórias em curso na virada de ano. Levantamento do Valor(21/I 1) listou uma dúzia de alterações em elaboração. Somente uma delas exigirá significativo aumento das provisões: as novas regras contábeis para mensuração e registro de instrumentos financeiros e reconhecimento de "hedge", que entram em vigor em 1 de janeiro. Bancos responsáveis por

cerca de 84% das exposições de crédito do mercado estimam elevação de R\$ 37,8 bilhões nas suas provisões, ou 10,7% das provisões atuais, segundo o BC.

A expectativa é que a demanda de crédito continue forte no fim de ano, como costuma ocorrer nas festas de fim de ano e das férias. Mas também se espera a piora na inadimplência, na tolerância ao risco, condições de funding e, em especial, no crédito habitacional. O custo e a disponibilidade de recursos devem ser um fator mais restritivo neste fim de ano, o que pode pressionar a inadimplência.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052?page=2§ion=1)**

Operação contra fraudes

Uma operação foi deflagrada ontem para cumprimento de mandados de busca e apreensão contra investigados por suspeita de fraudes em contratos com a Fundação Estadual de Saúde. Uma investigação conduzida pelo

Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Rio aponta a possibilidade de que **servidores públicos** e outros envolvidos tenham se beneficiado indiretamente de recursos

obtidos por meio do suposto esquema. Entre os investigados estão os delegados Allan Turnowski, que é ex-chefe de Polícia Civil, e Eduardo Clementino de Souza.

As investigações revelam o direcionamento de contratos

públicos em favor das empresas Vigdel Vigilância e SegurancãeVigdel Serviços Terceirizados. Os contratos foram feitos em 2021 e 2022, para prestação de serviços nos hospitais da Mãe e Heloneida Stuard e no Rio Imagem.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Deputados articulam 'PEC alternativa' a proposta de corte de gastos do governo

G1

Os deputados Pedro Paulo (PSD-RJ), Kim Kataguiri (União-SP) e Julio Lopes (PP-RJ) articulam uma PEC alternativa, com objetivo de contrapor a proposta de corte de gastos que o governo deve anunciar ainda nesta semana.

O texto ainda não é oficialmente uma PEC. Para se tornar uma matéria em tramitação na Câmara, a proposta terá de reunir as assinaturas de, no mínimo, 171 dos 513 deputados. Os parlamentares que estão à frente da iniciativa planejam concluir eventuais mudanças e dar início à coleta de apoios hoje.

A proposta traz uma trava para os ganhos acima do teto do funcionalismo público, o que não existe atualmente, e propõe desvincular benefícios previdenciários do salário mínimo.

Segundo os parlamentares, o texto foi construído após a apresentação de uma projeção feita por servidores da Câmara sobre o crescimento das despesas no Orçamento da União ao longo dos próximos anos.

Deputados afirmam que, apesar de ainda desconhecidas, as medidas de ajuste fiscal do Planalto deverão ter efeito "tímido".

Avaliam, ainda, que poderiam ter uma economia abaixo da estimada pela equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O governo discute há semanas um conjunto de medidas que visa assegurar a viabilidade nos próximos anos do arcabouço fiscal, regra que limita o crescimento das despesas. A proposta do Executivo ainda precisará ser aprovada pelo Congresso.

"É preciso ressaltar que a presente proposta, ao buscar disciplinar o crescimento de despesas com maior responsabilidade fiscal, guarda uma preocupação intrínseca com a estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento socioeconômico do país", afirmaram os deputados na justificativa da proposta.

O deputado Kim Kataguiri afirma que o texto prévio da PEC tem uma estimativa de economia de R\$ 1 trilhão nas contas públicas em 10 anos. "Isso e abaixar a

inflação, abaixar a taxa de juros e tratar de problemas estruturais das contas", diz.

Hoje, **servidores públicos** não podem ter vencimentos acima do salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que é de R\$ 44.008,52.

Na prática, no entanto, esse teto é extrapolado, porque não são computadas as parcelas de caráter indenizatório.

A PEC limita o somatório de todas as parcelas de caráter indenizatório a 30% do subsídio mensal de magistrados do STF e proíbe o pagamento retroativo dessas parcelas.

O texto propõe uma correção do montante total previsto para emendas parlamentares correspondente ao percentual máximo das despesas primárias discricionárias (não obrigatórias) do Poder Executivo.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6391>

Waguinho está inelegível por oito anos

Prefeito de Belford Roxo e presidente estadual do Republicanos, Waguinho sofreu um novo baque político ao ter as contas de 2022 rejeitadas ontem pela Câmara Municipal. A decisão dos vereadores também impõe inelegibilidade de oito anos ao maior aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Baixada Fluminense.

A rejeição das contas se deu por recomendação do Tribunal de Contas do Estado, que foi acatada pelos 13 vereadores que participaram da sessão, todos de oposição. Os que se ausentaram correm risco de perder os mandatos, dado o excesso de faltas desde que o atual prefeito não conseguiu emplacar o sobrinho, Matheus do Waguinho, na eleição de outubro -o vitorioso foi Márcio Canella (União), ex-aliado.

Além desse revés, Waguinho enfrenta um processo de impeachment na Casa, que resolveu abri-lo a partir de pareceres que apontavam "infração políticoadministrativa" por causa de um rombo de mais de R\$ 87 milhões no Instituto de Previdência dos **Servidores Públicos** do Município de Belford Roxo. A suposta falta de repasses ao Pre-vide também está no cerne da rejeição das contas.

No caso do impeachment, o início se deu com a denúncia de um morador que listou supostas irregularidades da gestão. O prefeito não se pronunciou.

Quando Canella e Waguinho eram aliados, o prefeito ficou famoso nacionalmente, em 2022, depois de ter ajudado a eleger os candidatos mais votados do Rio para o Legislativo: Canella, na Alerj, e a própria mulher, Danie-la do Waguinho, deputada federal. O poder político na região fez com que Waguinho fosse cobiçado pelas campanhas de Lula e do ex-presidente Jair Bolsona-ro (PL) no 2º turno de 2022.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Waguinho tem novo revés com rejeição de contas pela Câmara

CAIO SARTORI caio.sarton@oglobo.com.br

O prefeito de Belford Roxo e presidente estadual do Republicanos, Wagner Carneiro, o Waguinho, sofreu um novo baque político ao ter as contas de 2022 rejeitadas ontem pela Câmara Municipal. A decisão dos vereadores também impõe inelegibilidade de oito anos ao maior aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Baixada Fluminense.

A rejeição das contas se deu por recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que foi acatada pelos 13 vereadores que participaram da sessão, todos de oposição. Os outros se ausentaram e correm o risco de perder os mandatos, dado o excesso de faltas desde que o atual prefeito não conseguiu emplacar o sobrinho, Matheus do Waguinho, na eleição de outubro. O vitorioso foi Márcio Canella (União Brasil), ex-aliado do agora adversário.

Além desse revés, Waguinho enfrenta um processo de impeachment na Casa, que resolveu abri-lo a partir de pareceres que apontavam "infração político-administrativa" por causa de um rombo de mais de R\$ 87 milhões no Instituto de Previdência dos **Servidores Públicos** do Município de Belford Roxo (Previde). A suposta falta de repasses ao Previde também está no cerne da rejeição das contas.

No caso do impeachment, o início se deu com a denúncia de um morador que elencou o que considerava irregularidades da gestão. O prefeito não se pronunciou sobre os problemas políticos que enfrenta na cidade.

Quando Canella e Waguinho ainda eram aliados, o prefeito ficou famoso nacionalmente em 2022 depois de ter ajudado a eleger os candidatos mais votados do Rio para o Legislativo: Canella, para a Assembleia Legislativa (Alerj), e a própria mulher, Daniela do Waguinho, deputada federal.

O poder político na região fez com que o político da Baixada Fluminense fosse cobijado pelas campanhas de Lula e do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no segundo turno das eleições de 2022 - um prestígio que contrasta com o atual contexto.

Na contramão dos demais prefeitos da Baixada, região que deu votações expressivas a Bolsonaro em 2018 e

2022, Waguinho apoiou Lula e chegou a promover uma agenda em Belford Roxo com o então presidenciável. Depois, o petista voltou à cidade mais de uma vez como presidente nestes dois anos de mandato, algo atípico na história do município.

Como recompensa, Daniela ganhou no início do novo governo o comando do Ministério do Turismo e, ao deixá-lo por causa de reconfigurações partidárias, o casal foi agraciado com investimentos federais em Belford Roxo. Esses recursos ajudaram a prefeitura a inaugurar um instituto federal e um hospital, por exemplo, mas foram insuficientes para garantir a vitória do sobrinho do prefeito, Matheus do Waguinho, em outubro.

A eleição deste ano na cidade foi extremamente belicosa. Casos de violência política foram recorrentes, e Canella, que é deputado estadual, chegou a ser flagrado armado em uma agenda de campanha.

O futuro prefeito chegou a ser vice de Waguinho na prefeitura após vencerem a eleição de 2016. O rompimento se deu a partir de 2022, o que o levou a querer bater de frente na última disputa. Canella recebeu 62,8% dos votos válidos, contra 35,2% do sobrinho de Waguinho, e venceu já no primeiro turno.

Além da derrota em seu reduto, Waguinho viu o Republicanos ter um desempenho aquém quando comparado a partidos como PL, PP e MDB no estado como um todo, principalmente quando se considera a população comandada por cada partido. Conseguiu, no entanto, um município importante no segundo turno: São João de Meriti, também na Baixada. Os outros locais conquistados têm populações menores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desembargadores suspeitos de venda de sentença são alvo da PF

#9632; RENATO ALVES (Com Fábio Serapião e Constância Rezende/FolhaPress)

A Polícia Federal deflagrou ontem a operação Sisamnes, para cumprir mandados em investigação sobre suposto esquema de venda de decisões judiciais no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). Os alvos foram juízes, advogados, lobistas, empresários, assessores e chefes de gabinete de magistrados.

Policiais federais estiveram nas casas dos desembargadores Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho, em Cuiabá, a capital de Mato Grosso. Eles já haviam sido afastados dos cargos em agosto por ordem do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), justamente por causa de suspeitas de venda de sentenças.

Os agentes foram às ruas para cumprir um mandado de prisão preventiva e 23 de busca e apreensão em Mato Grosso, Pernambuco e no Distrito Federal. As ordens foram emitidas pelo ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Além de ordenar prisão e buscas, o STF determinou o afastamento de juízes e **servidores públicos**. Também autorizou sequestro, arresto e indisponibilidade de bens e valores dos investigados.

Três servidores lotados em gabinetes de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foram alvo de buscas da PF. Os agentes ainda prenderam Anderson de Oliveira Gonçalves, considerado um lobista de sentenças que teria "influência" no STJ - ele é investigado por intermediar interesses criminosos entre **servidores públicos** e advogados. Até o momento, nenhum ministro do STJ é investigado. As suspeitas recaem sobre servidores de seus gabinetes.

Os investigados pediam dinheiro para beneficiar partes em processos judiciais, por meio de decisões favoráveis aos seus interesses, segundo a PF. Também são investigadas negociações relacionadas ao vazamento de informações sigilosas, incluindo detalhes de operações policiais, ainda de acordo com a Polícia Federal.

assassinato. A investigação que resultou na operação de ontem teve início após o CNJ descobrir que os

desembargadores Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho, do TJMT, mantinham amizade com o advogado Roberto Zampieri, assassinado com 12 tiros na porta do escritório dele, em Cuiabá, em dezembro de 2023.

A análise de mensagens de texto e áudio recuperadas de celular de Zampieri encontrou menções de vendas de decisões judiciais e levou ao afastamento de dois desembargadores do TJMT. Além disso, outras frentes de investigação foram abertas. Uma delas resultou na operação Última Ratio, que mirou juízes e servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) - cinco desembargadores foram afastados há um mês.

Mercado de 'sentenças' Investigações miram ao menos seis tribunais

O Na mesma linha da operação deflagrada ontem pela Polícia Federal (PF), pelo menos seis tribunais estaduais já tinham sido alvo de denúncias de venda de sentenças judiciais e corrupção em processos que envolvem cifras milionárias no segundo semestre deste ano. As ilegalidades teriam sido encontradas nos Tribunais de Justiça dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Espírito Santo e Maranhão.

Foram feitas 44 operações de busca até o dia 24 de outubro. Houve o afastamento de 16 desembargadores - sendo um já indiciado -, além de sete juízes - dois deles já com denúncia apresentada ao Ministério Público.

Um desses magistrados teve ordem de prisão decretada, enquanto os outros tiveram que usar tornozeleira eletrônica. Gabinetes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) também entraram na mira e tiveram quatro servidores afastados.

Além de corrupção, a investigação aponta crimes como organização criminosa, lavagem de dinheiro, fraude processual, falsidade documental, extorsão e falsificação de documento público. Peculato e exploração de prestígio também estão na lista. O levantamento é do "Estado de S. Paulo".

Supremo Decisão do STF fala de 'espúria negociação'

Além de Mato Grosso, os mandados da operação

Sisamnes também foram cumpridos em Pernambuco e no Distrito Federal.

Na decisão em que ordenou os mandados de busca e apreensão contra os desembargadores do TJMT e a prisão do lobista, o ministro Cristiano Zanin, do STF, afirmou que as provas produzidas trouxeram indícios concretos de materialidade e autoria de crimes. Segundo a decisão, elas demonstram a razoabilidade e a necessidade de realização de busca e apreensão em relação aos sujeitos identificados pela autoridade policial.

Segundo o ministro, a análise do aparelho celular do advogado Roberto Zampieri produziu amplo arcabouço de diálogos e conversações entre os sujeitos que, segundo o conjunto de hipóteses criminais levantadas, intermediavam as "espúrias negociações".

Em nota, o TJ de Mato Grosso informou que está colaborando com as apurações e que se coloca à disposição para fornecer as informações necessárias ao andamento das investigações.

A operação Sisamnes, da Polícia Federal, foi batizada com esse nome em referência a um episódio da mitologia, durante o reinado de Cambises II da Pérsia, que narra a história do juiz Sisamnes. Segundo a história, ele teria aceitado um suborno para proferir uma sentença injusta.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Nem todos gostaram do projeto das emendas - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A lei que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a fim de garantir transparência à apresentação e liberação das emendas ao Orçamento da União não agradou a todos os parlamentares. E há quem diga que, dificilmente, agradecerá ao ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal.

"É para inglês ver o que foi feito aqui, há 15 dias. Um absurdo! Sem rastreabilidade, tudo o que a gente mudou aqui para dar um pouco mais de transparência, a Câmara tirou.

De novo, o Senado foi jogado para trás. A Consultoria do Senado respondeu dizendo que não atende às exigências de transparência e rastreabilidade do Supremo Tribunal Federal", afirmou o senador Eduardo Girão (Novo-CE).

» » »

Girão aponta as emendas de comissão como mais um problema. Ele considera que apenas um grupo pequeno vai conseguir ser atendido nessa modalidade. "Se você não entra na comissão, não consegue colocar suas emendas porque o colegiado é pequeno e o caciques políticos vão colocar as pessoas deles", acusou.

A nova onda da polarização Com o relatório de quase 900 páginas da Polícia Federal colocando o ex-presidente Jair Bolsonaro no papel de "participação ativa" no planejamento de um golpe de Estado, a ordem entre os adversários é bater sem dó nesse ponto em discurso e entrevistas. Enquanto isso, os bolsonaristas ficam na defensiva, para dizer que tudo é perseguição para "tirar" Bolsonaro do páreo de 2026.

Esforço em vão Ministros e parlamentares passam esta última semana de novembro dedicados à recepção de prefeitos ávidos para fechar as contas deste ano. Só em um probleminha: sem Dino, do STF, liberar as emendas, ninguém tem como prever uma data de quando o dinheiro sai.

Agora lascou Muitos prefeitos relataram aos deputados dificuldades para fechar as folhas de pagamento dos funcionários da área da saúde.

Ou seja, ficaram contando com o dinheiro das emendas em vez de acertar tudo com recursos próprios.

A morosidade dos Poderes Ao mesmo tempo em que o governo adia o anúncio dos cortes de gastos, será um milagre se for cumprido o cronograma, divulgado ontem, de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 e do Orçamento.

CURTIDAS

Que Deus nos proteja.../ No Distrito Federal, já se viu gravação que ficou conhecida como "oração da propina", nos tempos da Operação Caixa de Pandora, feita pelo então deputado distrital e evangélico Rubens Brunelli (PSC). Agora, nas quase 900 páginas de seu relatório sobre o planejamento de um golpe de Estado, a PF menciona uma espécie de "oração ao golpe".

... e guarde dessa gente/ O padre José Eduardo Oliveira e Silva (foto), que foi indiciado, pede que os brasileiros católicos e evangélicos incluam em suas orações os nomes do ministro da Defesa e de outros 16 generais de quatro estrelas "pedindo para que Deus lhes dê a coragem de salvar o Brasil, lhes ajude a vencer a covardia e os estimule a agir com consciência histórica e não apenas como funcionários público de farda (...)". A mensagem, diz a PF, disseminava a ideia de golpe de Estado para manter Bolsonaro no poder.

Movimento em prol do emprego e da pequena empresa/ A Coalizão em Defesa do Simples Nacional realiza, hoje, em Brasília, no hotel Windsor Plaza, um almoço debate para esclarecer aos parlamentares os riscos da **reforma tributária** aos pequenos negócios. A ideia é proteger o Simples.

Os estudos da Coalizão indicam que, nos primeiros dois anos, as empresas que pagam **impostos** pelo Simples, o índice de sobrevivência é de 83%, enquanto esse índice nas que se enquadram nos demais regimes tributários é de 38%.

Cresce a indústria/ O Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) apresentam, hoje, o Observatório do Custo Brasil, uma ferramenta de

acompanhamento que reúne dados, estratégias e avanços para enfrentar os entraves à competitividade nacional. Durante o evento, serão divulgados novos dados sobre a redução de desempenho até aqui e o que ainda pode ser feito para a diminuição do Custo Brasil.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6688/27-11-2024.html?all=1>

O imposto seletivo e a marcha à ré - MÁRCIO DE LIMA LEITE

Anfavea é contrária à inclusão dos automóveis na lista de produtos tributados pelo novo Imposto Seletivo, medida proposta no âmbito da **Reforma Tributária**, atualmente em análise no Senado Federal. Incluir veículos na base deste imposto representa mais do que um equívoco econômico: é também uma ameaça direta aos avanços alcançados em termos de descarbonização da mobilidade, ganhos de eficiência energética e segurança veicular.

Também conhecido como "Imposto do Pecado", foi concebido para desestimular o consumo de produtos considerados nocivos à saúde, como bebidas alcoólicas e cigarros.

Foi estendido aos automóveis sob argumento de que os veículos agridem o meio ambiente, mas sua aplicação distorce o seu objetivo, já que desestimula a renovação de frota, mantendo nas ruas os veículos mais antigos, com menor eficiência energética, menos seguros e com maior potencial de emissões. O Imposto Seletivo avança na contramão da estratégia de descarbonização da mobilidade.

REDUÇÃO DAS EMISSÕES. A indústria automotiva brasileira tem se dedicado de modo consistente à diminuição das emissões e a ganhos de eficiência energética. Desde a criação do Proconve, em 1986, as emissões dos principais poluentes urbanos foram reduzidas em mais de 95%. Em 2025 os veículos leves entrarão na oitava fase desse programa, como já ocorreu com os veículos pesados no início de 2023, distanciando incrivelmente os novos veículos produzidos hoje no Brasil daqueles fabricados no início do programa, reduzindo as emissões de CO2 em mais de 20 vezes.

Com programas como Mover e Combustível do Futuro, a indústria tem um claro horizonte para avançar na descarbonização, destacando o Brasil no cenário internacional por sua estratégia de redução das emissões. Os veículos produzidos no Brasil incorporam novos itens de segurança ativa e passiva, enquanto as carrocerias tornam-se mais seguras e eficientes para a proteção dos ocupantes, conforme elevados padrões internacionais.

Na contramão desses avanços, porém, a aplicação do Imposto Seletivo sobre automóveis desestimularia a demanda de modelos mais seguros e eficientes, ao

impactar seu preço final. A resultante desse processo se traduziria em choques socioeconômicos negativos e indesejáveis.

O Brasil possui uma das mais elevadas cargas tributárias sobre a compra de veículos do mundo. Depois de tantos anos lutando pela racionalização da estrutura tributária, não faz sentido criar um imposto adicional ao IVA, dificultando ainda mais a aquisição de veículos a uma parcela significativa da população.

CONTRADIÇÃO. Um dos méritos da **Reforma Tributária** é reduzir a complexidade e o custo do cálculo tributário. A extensão do Imposto Seletivo aos veículos vai no sentido oposto e representa uma clara contradição entre os objetivos da proposição e os resultados que colheremos na vida real.

É por essas razões que a Anfavea propõe a exclusão dos automóveis da base do Imposto Seletivo. Esse tributo agride a industrialização no Brasil, com impacto sobre toda a cadeia produtiva e de distribuição de veículos. Trata-se de medida em dissonância com os planos de reindustrialização em base tecnológica e não trará ganho ambiental, pois reduzirá o impulso da necessária renovação da frota.

O Imposto Seletivo não deve ser utilizado como instrumento de arrecadação, pois pode ter efeito contrário. Ao afastar o consumo, afetará a indústria e sua cadeia produtiva, com efeitos de retração econômica.

Além disso, existem outras formas de penalização, como multas ambientais. O País não precisa de mais uma jabuticaba, desta vez amarga e indigesta.

O tema é grave, mas somos otimistas. Conhecemos o sentido de responsabilidade e a sensibilidade do Congresso Nacional. Estamos certos de que o equívoco em torno dos impactos do Imposto Seletivo será esclarecido.

Afinal, os efeitos negativos dessa nova tributação não seriam nada seletivos, mas penalizariam toda a sociedade e o meio ambiente.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Pacote depende de conversa com Lira e Pacheco

THAÍS BARCELLOS, SÉRGIO ROXO EGERALDOCA
economia@oglobo.com. br BRASÍLIA

O pacote de corte de gastos em discussão há quase um mês pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva passa apenas por ajustes de redação antes de ser apresentado, o que só ocorrerá após o documento final ser levado pessoalmente por Lula aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Isso dependerá da agenda dos três. A tendência é que o anúncio oficial seja amanhã.

A votação das medidas ainda neste ano, porém, ainda é dúvida.

O líder interino do governo no Senado, Otto Alencar (PSD-BA), disse ao GLOBO que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve apresentar o pacote a Pacheco na reunião de líderes amanhã: -Ainda não está fechado, mas essa é a previsão. (A reunião) não deve ocorrer amanhã (hoje). Deve ser na reunião de líderes, que ocorre na quinta de manhã.

Ainda não está decidido, no entanto, se os líderes serão previamente informados dos detalhes do pacote.

Na segunda-feira, Haddad disse que as medidas deveriam ser anunciadas nesta semana, mas ainda não havia uma data definida. No entanto, ontem pela manhã o presidente da Câmara disse que não havia sido chamado para conhecer o pacote.

DECISÃO SOBRE EMENDAS

Segundo Alencar, é difícil o pacote avançar no Congresso ainda este ano considerando o prazo exíguo até o recesso e a pauta lotada de projetos importantes para o governo, além do impasse sobre as emendas parlamentares.

-Tem muito projeto para votar, e só deve ter apenas duas semanas, até o dia 19. Tem **Reforma Tributária**, PLDO, Orçamento. Então o pacote deve ficar para 2025 -disse o senador.

A declaração só não teve impacto no câmbio porque foi no horário de fechamento do dólar. A moeda subiu apenas 0,04%, a R\$ 5,80.

Ontem, Alencar se reuniu com o ministro da Secretaria

de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, junto com o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), e os deputados Carlos Zarattini (PT-SP) e Lindbergh Farias (PT-RJ) para tratar do encaminhamento do Orçamento de 2025.

Padilha ouviu que está tudo travado no Congresso à espera da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino sobre a liberação de emendas parlamentares, suspensas desde agosto por decisão dele. Lula sancionou a lei que define as novas regras para o uso das verbas parlamentares. Agora, há a expectativa pelo desbloqueio por parte do ministro do STF.

- Eu, pessoalmente, acho que isso deixa o Congresso em uma posição muito fragilizada. Ficar esperando se a legislação está ou não do gosto dele (Dino) -disse Randolfe.

Enquanto isso, o Palácio do Planalto quer que Haddad faça um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão para explicar o pacote assim que as medidas forem anunciadas. O ministro ainda avalia com sua equipe se fará a gravação.

SALÁRIO MÍNIMO E ABONO

O pronunciamento em cadeia de rádio e televisão de Haddad seria uma forma de tentar atenuar o desgaste político de medidas como a trava para o aumento do salário mínimo. Segundo interlocutores, para conter o crescimento das despesas a ideia é mudar o critério de reajuste do salário mínimo, que passaria a ter ganho real de no máximo 2,5% e no mínimo de 0,6% - o mesmo intervalo de crescimento de gastos do arcabouço fiscal.

No ano passado, Lula retomou a regra que atualiza o valor do salário mínimo pela **inflação** do ano anterior e o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes. É o que garante ganho real para o piso nacional.

O pacote prevê ainda reduzir o critério de acesso ao abono salarial (PIS/Pasep), de dois para um salário mínimo e meio. Também está prevista uma norma para apertar regras de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC, pago a idosos e deficientes de baixa renda) e novas regras para

aposentadoria de militares, como a idade mínima de 55 anos.

O pacote fiscal deve prever uma economia entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões em 2025 e de R\$ 40 bilhões em 2026, segundo fontes que acompanharam as conversas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Plataforma tem proposta para baixar Custo Brasil

Estevão Taiar De Brasília

O Brasil tem espaço para reduzir em aproximadamente R\$ 444 bilhões até 2035 os custos que as empresas desembolsam para atuar no país. Os cálculos são do Observatório do Custo Brasil, plataforma desenvolvida por Movimento Brasil Competitivo (MBC), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e Fundação Getúlio Vargas (FGV). A plataforma será lançada em Brasília nesta quarta-feira, 27, em evento com a presença do vice-presidente e titular do Mdic, Geraldo Alckmin.

Ao Valor Alckmin afirmou que a diminuição do Custo Brasil "é um esforço de todo o Estado brasileiro, que exigirá participação ativa também dos demais Poderes". "Quando observamos o muito que se fez em temas extremamente complexos, como é o caso da **reforma tributária**, as perspectivas são muito positivas", disse, destacando a necessidade de avanços "na melhoria da infraestrutura, na desburocratização de processos, na redução do preço de insumos, na capacitação de nossos trabalhadores e na simplificação do sistema tributário".

De acordo com o MBC, entidade formada por algumas das maiores companhias brasileiras e multinacionais com atuação no país, há seis frentes principais em que o Brasil poderia atuar para diminuir esses custos. São elas: ampliação e diversificação da matriz logística; acesso a crédito; expansão da banda larga; simplificação tributária; abertura do mercado de gás natural; acesso à energia elétrica competitiva.

O Observatório do Custo Brasil mostra que no início do período analisado, em 2021, as despesas que poderiam ser diminuídas pelos 15 anos seguintes eram de R\$ 530 bilhões. O cálculo é feito comparando o custo de produção no Brasil e na média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nos últimos três anos, a expansão da banda larga e o acesso à energia elétrica mais competitiva já reduziram essas despesas em R\$ 86 bilhões, diminuindo o total para R\$ 444 bilhões.

A frente com maior potencial de redução de custos em 2021, com R\$ 224 bilhões, era a de ampliação e diversificação da matriz logística. Para isso, MBC e governo federal defendem principalmente a expansão

dos modais ferroviário e de cabotagem.

"É preciso ampliar cada vez mais a participação de investimentos privados", disse a secretária de Competitividade e Política Regulatória do Mdic, Andréa Macera.

O acesso à energia elétrica competitiva tinha em 2021 potencial de reduzir as despesas em R\$ 121 bilhões, por meio da "ampliação do mercado livre" e de uma "modernização regulatória". O MBC e o governo destacam a importância da aprovação de Projeto de Lei 414/21, que está na Câmara e que prevê justamente a ampliação do acesso ao mercado livre.

Na ampliação do acesso à banda larga, com potencial de redução de despesas de R\$ 69 bilhões em 2021, é necessário "acelerar a implementação de legislações municipais para o avanço do 5G" e "fomentar políticas públicas que incentivem o setor privado a expandir a conectividade digital, com particular atenção para regiões menos desenvolvidas".

Há ainda as outras três frentes para reduzir os custos: acesso a crédito (R\$ 69 bilhões), representado principalmente pela diminuição dos spreads, que medem a diferença entre a taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras e a taxa de captação de recursos pelos bancos; simplificação tributária (R\$ 30 bilhões); abertura do mercado de gás natural (R\$ 21 bilhões).

Assessor da área de economia da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e ex-diretor do Banco Central, Carlos Thadeu de Freitas defende, entre outras mudanças, a regulamentação da **reforma tributária** sobre consumo como forma de facilitar a atuação das empresas.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052?page=2§ion=1>

Arcabouço fiscal vai ser cumprido, garante Alckmin

DA REDAÇÃO

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que também é ministro da Indústria e Comércio, afirmou ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguirá cumprir a meta proposta pelo arcabouço.

A declaração ocorreu durante evento organizado pelo jornal Folha de S. Paulo e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na ocasião, o vice-presidente participou da videochamada.

"O Brasil vive um bom momento, **reforma tributária** aprovada, agora sendo regulamentada, o arcabouço fiscal vai ser cumprido", afirmou Alckmin.

"Teremos o lançamento das medidas de contenção de gastos, de austeridade fiscal, de melhor eficiência na área da despesa, para poder cumprir rigorosamente o arcabouço fiscal. Com isso, acredito que possamos ter amanhã juros mais baixos e de outro lado o **PIB** crescendo", completou o vice-presidente.

A fala de Alckmin ocorreu em meio ao debate sobre a necessidade de cortes de gastos dentro do governo, para que a meta fiscal seja cumprida. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), deve apresentar nos próximos dias um pacote com as medidas.

Pronunciamento

Segundo informações da Folha de S.Paulo, Haddad estuda fazer um pronunciamento em rede nacional para justificar os cortes de gastos que serão feitos pelo governo nos próximos dias, por meio de um pacote de medidas.

O **comunicado** poderia ser transmitido até amanhã, quando o pacote já deve ter sido anunciado pela equipe econômica do governo. Ainda segundo o jornal, a ideia do pronunciamento foi proposta por integrantes do Palácio do Planalto.

Na última segunda-feira, Haddad se reuniu como presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e com os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Esther Dweck (Gestão). Ausente por conta de uma viagem particular para São Paulo, a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MdB), foi representada pelo secretá-rio-

executivo da pasta, Gustavo José de Guimarães e Souza.

Após o encontro, o ministro afirmou que anúncio dependia apenas de um contato do Planalto com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estuda realizar transmissão em rede nacional justificando e detalhando os cortes de gastos

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_C9A99F85B3D74C0C6E562DFE20ED9FAB332BE0D7E1394D39E6076DDD46987A5602C7E05643AE0F035BD141B8322B3BD2347A404C0E0A226CCF937C0F1A868937CDCEC462E9E076286842BEA7BDDFF01176ED1CABA4EFF500774A21CF672BB6120DEE29693E17A20C047BF55C5A6720F77B914831DC5A28D615736

Reforma Tributária: saiba como governo prevê pagar cashback para baixa renda

O chamado "cashback", devolução de parte do valor pago em **tributos** pela população de baixa renda, que fará parte do novo sistema de **impostos** criado com a **Reforma Tributária**, deverá ser pago por meio de um cartão de débito entregue para a esse público ou uma conta virtual aberta pelo governo.

Ter um cartão separado do pagamento do Bolsa Família é considerado essencial pelo governo para que não haja mistura entre transferência de renda e devolução de **tributos**. Além disso, o público que terá direito ao cashback será mais amplo que o do Bolsa Família, já que terá como base o Cadastro Único para benefícios sociais

O novo sistema de **impostos** criará um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que unirá PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Depois da arrecadação, o IVA será dividido em duas partes, chamado de IVA dual. Uma delas irá se tornar o CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), destinado para a União, e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) para estados e municípios.

A regulamentação da reforma aponta que famílias inscritas no CadÚnico poderão receber de volta a partir de 20% do valor do imposto cobrado nas compras de qualquer item, desde que não pertença a lista de produtos sujeitos do Imposto Seletivo, que traz prejuízos à saúde e ao meio ambiente. Para compra de botijão de gás, a devolução será de 100% do valor em **impostos**. A devolução total também ocorrerá nos consumos de água, luz e energia elétrica, mas com desconto direto na conta.

Para que o cashback de 20% funcione, o Ministério da Fazenda está desenvolvendo um sistema parecido com o utilizado no Rio Grande do Sul, chamado de Devolve ICMS, que cruza o número de identificação dado para cada produto com o cadastro dos CPFs de famílias inscritas no CadÚnico.

No caso da **Reforma Tributária**, se esse produto não estiver na lista do Imposto Seletivo, já dá direito a devolução de imposto.

No momento da compra, as famílias informarão o CPF do titular do cadastro no CadÚnico. Assim que lançado no sistema, o número será identificado como de um beneficiário. O sistema então identifica a lista de

produtos comprados, verifica as chamadas NCMs, que são números de registros de cada item e checa que eles dão direito a cashback.

Após o valor de devolução ser confirmado em sistema gerido pela **receita federal**, o valor deverá ser liberado para as famílias, até o fim do mês, em um cartão de débito específico, ou com depósito em conta.

- A pessoa vai pedir para colocar o seu CPF na nota. O sistema vai associar os itens da compra dela, como pão e leite. Ali vamos saber o quanto tem de imposto na compra e verificar se o consumo é compatível com a renda, para evitar fraudes - disse o Subsecretário Adjunto da Receita Estadual do RS e membro do grupo de trabalho que auxilia o governo federal na **Reforma Tributária**.

Para que o cartão ou conta virtual chegue a todas as famílias, o governo deve contar com a ajuda da Caixa, Banco do Brasil e demais bancos privados que queriam fazer parte da rede de cashback. No caso do cartão de débito, as famílias poderão retirá-los em agências bancárias, como é feito hoje com o saque do Bolsa Família.

- Precisamos de um cadastro muito bom, nota fiscal eletrônica, e um sistema bancário muito bom, com capilaridade. Esses três nós já temos os melhores do mundo. Precisamos apenas juntar essas três peças. O que precisamos fazer é de um sistema nacional de nota fiscal, para não deixar as famílias em situação constrangedora na hora de pedir a inclusão do CPF, em estados que ainda não possuem esse mecanismo.

No Rio Grande do Sul, o governo criou uma política de devolução de ICMS para compra de eletrodomésticos da linha branca, dentro das famílias atingidas pelas enchentes do início do ano.

Em nível nacional, o cidadão ainda terá um aplicativo onde poderá ver todos os gastos descritos, se foi com comida, roupa, gás, e quanto recebeu de volta do governo federal, estadual e municipal. Da mesma forma, o governo terá acesso aos produtos comprados com o cashback, uma forma de controlar a política social.

O governo federal ainda poderá monitorar se os gastos totais da família são compatíveis com a renda

mensal dela. Por exemplo, se uma família recebe R\$1000 e gasta R\$1500, é indício de fraude no CadÚnico.

Outro plano é unificar a rede de cashback do CBS, federal, e local IBS para que o beneficiado receba o valor de uma vez só. Para isso, o futuro Comitê Gestor e a **Receita Federal** deverão trabalhar em conjunto. As devoluções passam a valer a partir de janeiro de 2027 para o CBS, e a partir de 2029, IBS, quando iniciam a transição de cada tributo.

O modelo de cashback que deve ser implantado no Brasil é chamado de "variável" e, necessariamente, depende da declaração de CPF das famílias para que a devolução acontece conforme as compras do mês.

Esse mesmo modelo é aplicado no Equador. Já na Colômbia, o modelo de cashback é "fixo", o governo calcula uma média de **impostos** pagos com os consumos das famílias e antecipa o pagamento da devolução no início do mês, para que as famílias já contem com esse valor nas compras. O modelo, porém, pode ser visto como uma transferência de renda.

No Rio Grande do Sul, o governo do estado aplicou o modelo "híbrido", em que as famílias recebem uma parte do cashback de forma antecipada e o restante após a declaração de CPF nas compras. Por exemplo, se o total de **impostos** a ser devolvido é de R\$100, e a família já recebeu a parcela fixa antecipada de R\$30, o governo paga apenas R\$70 reais no fim do mês.

O Ministério da Fazenda avaliou, porém, que o modelo "variável" seria a melhor opção para incentivar a declaração de CPF na compra.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/27/reforma-tributaria-saiba-como-governo-preve-pagar-cashback-para-baixa-renda.ghtml>

Plataforma tem proposta para baixar Custo Brasil

Por Estevão Taiar - De Brasília

27/11/2024 05h00 Atualizado há uma hora

O Brasil tem espaço para reduzir em aproximadamente R\$ 444 bilhões até 2035 os custos que as empresas desembolsam para atuar no país. Os cálculos são do Observatório do Custo Brasil, plataforma desenvolvida por Movimento Brasil Competitivo (MBC), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e Fundação Getúlio Vargas (FGV). A plataforma será lançada em Brasília nesta quarta-feira, 27, em evento com a presença do vice-presidente e titular do Mdic, Geraldo Alckmin.

Ao Valor Alckmin afirmou que a diminuição do Custo Brasil "é um esforço de todo o Estado brasileiro, que exigirá participação ativa também dos demais Poderes". "Quando observamos o muito que se fez em temas extremamente complexos, como é o caso da **reforma tributária**, as perspectivas são muito positivas", disse, destacando a necessidade de avanços "na melhoria da infraestrutura, na desburocratização de processos, na redução do preço de insumos, na capacitação de nossos trabalhadores e na simplificação do sistema tributário".

De acordo com o MBC, entidade formada por algumas das maiores companhias brasileiras e multinacionais com atuação no país, há seis frentes principais em que o Brasil poderia atuar para diminuir esses custos. São elas: ampliação e diversificação da matriz logística; acesso a crédito; expansão da banda larga; simplificação tributária; abertura do mercado de gás natural; acesso à energia elétrica competitiva.

O Observatório do Custo Brasil mostra que no início do período analisado, em 2021, as despesas que poderiam ser diminuídas pelos 15 anos seguintes eram de R\$ 530 bilhões. O cálculo é feito comparando o custo de produção no Brasil e na média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nos últimos três anos, a expansão da banda larga e o acesso à energia elétrica mais competitiva já reduziram essas despesas em R\$ 86 bilhões, diminuindo o total para R\$ 444 bilhões.

A frente com maior potencial de redução de custos em 2021, com R\$ 224 bilhões, era a de ampliação e

diversificação da matriz logística. Para isso, MBC e governo federal defendem principalmente a expansão dos modais ferroviário e de cabotagem.

"É preciso ampliar cada vez mais a participação de investimentos privados", disse a secretária de Competitividade e Política Regulatória do Mdic, Andrea Macera.

O acesso à energia elétrica competitiva tinha em 2021 potencial de reduzir as despesas em R\$ 121 bilhões, por meio da "ampliação do mercado livre" e de uma "modernização regulatória". O MBC e o governo destacam a importância da aprovação de Projeto de Lei 414/21, que está na Câmara e que prevê justamente a ampliação do acesso ao mercado livre.

Na ampliação do acesso à banda larga, com potencial de redução de despesas de R\$ 69 bilhões em 2021, é necessário "acelerar a implementação de legislações municipais para o avanço do 5G" e "fomentar políticas públicas que incentivem o setor privado a expandir a conectividade digital, com particular atenção para regiões menos desenvolvidas".

Há ainda as outras três frentes para reduzir os custos: acesso a crédito (R\$ 69 bilhões), representado principalmente pela diminuição dos spreads, que medem a diferença entre a taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras e a taxa de captação de recursos pelos bancos; simplificação tributária (R\$ 30 bilhões); abertura do mercado de gás natural (R\$ 21 bilhões).

Assessor da área de economia da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e ex-diretor do Banco Central, Carlos Thadeu de Freitas defende, entre outras mudanças, a regulamentação da **reforma tributária** sobre consumo como forma de facilitar a atuação das empresas.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/11/27/plataforma-tem-proposta-para-baixar-custo-brasil.ghtml>

"Sistema internacional em ruínas é risco à paz mundial", diz Pascal Lamy

Roberto Lameirinhas e Marcos de Moura e Souza De São Paulo

As ameaças do presidente eleito dos EUA, Donald Trump, de elevar tarifas de importação para o México, Canadá e China, têm menos a ver com o déficit comercial americano do que com outros interesses da agenda do republicano, afirma o economista francês Pascal Lamy, ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 2005 a 2013 e ex-comissário de Comércio da União Européia (UE). Atualmente, Lamy é coordenador dos Institutos Jacques Delors em Paris, Berlim e Bruxelas.

"É difícil entender o que Trump tem em mente, mas um dos cenários é o de que ele esteja usando o mega-déficit comercial dos EUA para negociar situações específicas", disse ele. "No caso México e do Canadá, ele deixa claro que pretende usar tarifas para forçar os vizinhos a agir para que aumentem o rigor na contenção do tráfico de drogas e da imigração", afirmou.

Lamy lembra que os EUA são responsáveis por 15% de todas as importações globais, o que lhe dá algum poder para pressionar por um maior equilíbrio na balança comercial. "Mas estou com a maioria dos economistas razoáveis que acredita que o déficit comercial dos EUA não é uma questão comercial, mas uma questão macroeconômica. Porque os EUA gastam mais do que economizam."

O ex-chefe da OMC afirma que as relações comerciais entre os países se tornaram menos fluidas nos últimos anos em razão do acirramento da rivalidade entre China e EUA - que na visão dele, deve se aprofundar no próximo mandato de Trump. "Impulsionado pela geoeconomia e pela velocidade da globalização, o comércio mundial cresceu vertiginosamente da década de 80 até, digamos 2010", disse Lamy. "Hoje, a realidade é que vivemos um sistema internacional em minas, que é muito, muito perigoso para a paz", disse Lamy.

A OMC chama atenção para o fato de que o comércio internacional de mercadorias tem reagido cada vez menos às flutuações do PIB mundial. Nos anos 1990, o comércio internacional crescia a um ritmo duas vezes mais intenso do que o PIB global, implicando para muitos países uma estratégia de dinamização

econômica. Nos anos 2000, esta relação caiu para de 1,5 e a partir da crise global de 2008/2009 declinou ainda mais, para cerca de 0,9. A variabilidade desta relação tornou-se mais acentuada nos últimos anos devido a choques como os da covid-19 e guerras comerciais.

Lamy afirma que, se Trump cumprir a ameaça de elevar para no mínimo 60% as tarifas para importação da China, quem pagará a conta, em grande parte será o consumidor americano. A seguir, os principais trechos da entrevista exclusiva que Lamy concedeu ontem ao Valor:

Valor: O anúncio feito anteontem por Trump de que irá taxar em 25% as importações do Canadá e do México e em 10% as da China deve ter que tipo de consequência?

Pascal Lamy: Tudo depende da intenção de Trump. Há dois cenários possíveis. O primeiro é que ele veja o déficit comercial dos EUA como um grande problema, algo que enfraquece os EUA, e, então, está tentando, novamente, como durante seu primeiro mandato, reduzir esse déficit elevando tarifas.

Há um segundo cenário, que é usar esse mega déficit comercial como uma força para negociar situações específicas que podem não ser apenas acordos comerciais, e no caso do México e do Canadá, o que foi incluído como razão de uma elevação da tarifa é que há muito tráfico de drogas e muitos imigrantes. Então, realmente depende do que ele tem em mente.

Na minha opinião, ele intencionalmente deixa possibilidades em aberto, uma atitude transnacional muito típica dele. E se isso for sobre comércio e não sobre drogas e imigrantes no México e no Canadá, o que ele provavelmente gostaria de negociar é uma revisão do acordo do Nafta [atual Acordo Estados Unidos-México-Canadá, USMC, em inglês], que é uma zona de livre comércio, não uma união **aduaneira**. O México e o Canadá não têm as mesmas tarifas que os EUA, e então, é claro, muitos produtos que, por exemplo, não vêm mais da China, vêm do México e Canadá, via Nafta [USMC] - sob as condições que Trump mesmo renegociou no primeiro mandato.

Ele não diz qual é o seu jogo. Está colocando uma carta na mesa, o que ele pode fazer porque os EUA

são o maior importador do planeta. A fatia das importações dos EUA representa 15% das importações mundiais. Os EUA têm também o maior déficit comercial do planeta. Essa é uma grande arma. Embora eu esteja com a maioria das economias razoáveis em acreditar que o déficit comercial dos EUA não é uma questão comercial, uma questão econômica, sempre podemos gastar mais do que eles dizem. Você tem o simétrico disso com a China, com um enorme superávit comercial, porque eles economizam mais do que consomem.

Valor: Quem deverá sentir mais os efeitos dessas futuras tarifas?

Lamy: Quem vai pagar? 80% do preço será pago pelo consumidor dos EUA, e 20% do preço será pago pelo exportador, que terá que reduzir um pouco sua margem de lucro. E observe que Trump disse que instalaria essas tarifas por ordens executivas e não pelo Congresso, violando assim o Artigo 1 da Constituição dos EUA, que diz que a responsabilidade dos tratados de comércio cabe aos legisladores. Mas ele usará sua autoridade executiva, que é a que ele tem para tarifas de imigração e tráfico de drogas, que normalmente devem ser votadas pelo Congresso.

Valor: Além dos 10% que Trump prometeu impor sobre bens chineses, durante a campanha, ele disse que aplicaria tarifas de 60% sobre as importações da China. Caso essas tarifas entrem em vigor, a China retaliaria comercialmente os EUA?

Lamy: Eu acho que todos nós retaliaremos se formos prejudicados por uma ação comercial dos EUA que esteja violando seu compromisso com a OMC. Todos nós temos direito, segundo as regras da OMC, de retaliar se os EUA não cumprirem seus compromissos. O problema é se os EUA se importarão ou não com regras que eles assinaram. Se os EUA vão sair oficialmente da OMC. No momento, eles se comportam como se não estivessem mais nesta organização, e isso aconteceu com o governo Joe Biden, bem como com o primeiro governo Trump. Minha sensação é que temos que usar nossa capacidade de retaliação. E alguns de nós temos uma boa capacidade de retaliação, seja China, Índia ou UE, porque esses são grandes mercados para as exportações dos EUA. Caberá a nós decidir a proporcionalidade. Caberá a nós, europeus, por exemplo, decidir alguma medida contra motos Harley David-son, ou vamos muito mais longe e retaliar, por exemplo, serviços, ou viagens, o que seria um grande perigo para a economia dos EUA.

Também sou da opinião de que os membros da OMC devem reafirmar que, entre eles, não tolerarão ou aceitarão esses aumentos de tarifas para evitar o tipo

de efeito dominó que tivemos na década de 1930, que, a propósito, também foi com uma tarifa de 20%.

Valor: Se Trump realmente impuser tarifas para produtos para todos os países, o comércio global será afetado negativamente?

Lamy: Será marginalmente afetado. Os que serão mais afetados são os consumidores americanos. Isso criará **inflação** porque os EUA importam muitas coisas porque são mais baratas do que as que eles produzem. E vimos isso no primeiro governo Trump. Então isso afetará marginalmente o volume geral do comércio. Mas afetará os padrões de comércio, porque a China exportará menos para os EUA e mais para o Vietnã, Bangladesh e Indonésia, que, então, exportarão mais para os EUA. No fim, isso resultará em menos eficiência, portanto, menos crescimento. E o crescimento nada mais é do que a soma de eficiências. E, como consequência disso, menos bem-estar e, como consequência disso, mais problemas políticos. E, como consequência disso menos paz.

Valor: Quais são as principais diferenças entre o mundo de agora e o de quando Trump esteve na Casa Branca em seu primeiro mandato?

Lamy: Todos nós concordamos que a geopolítica está de volta. Dos anos 1980 até, digamos, 2010, ela foi temperada pela geoeconomia e pela velocidade da globalização. Estamos agora em um tipo diferente de globalização. Em razão da rivalidade entre China e EUA, que permitiu que Putin invadisse a Ucrânia, que está fazendo a situação do Oriente Médio parecer diferente do que era há muitos anos. Temos um peso maior da geopolítica em comparação com a geoeconomia, sentimentos de vulnerabilidade e insegurança, em vez de um princípio de que se você faz algo melhor do que eu, temos um interesse racional em negociar. Então o que era visto como os benefícios da interdependência, que era eficiência, agora é visto em alguns casos, como os riscos da dependência excessiva, porque as rivalidades dispararam em relação ao que víamos há 20 ou 30 anos. E a principal rivalidade é entre EUA, a China, em que ambos se veem como uma ameaça. Então esse é o grande jogo, que permitiu que Putin invadisse a Ucrânia porque ele pensou corretamente, que a China preferiria ficar com ele a permanecer neutra ou a ficar do lado dos EUA. A China está usando a Rússia contra os EUA, e nós, europeus, sabemos muito bem que a invasão da Ucrânia nos levou para os braços dos EUA, e nós empurramos Putin para os braços da China. Então essa é a realidade de um sistema internacional em ruínas, que é muito, muito perigoso para a paz.

E a racionalidade normal do comércio, a divisão

internacional do trabalho, a multilocalização dos sistemas de produção, agora são influenciadas por questões de segurança. O trade off entre eficiência e segurança é diferente, e em alguns casos, preocupações com segurança superam a racionalidade das políticas comerciais normais que levam à divisão internacional do trabalho. Agora os EUA são uma espécie de epítome disso, porque Trump não é geopolítico nem geoeconomista. É um negociante. Ele gosta de fazer negócios. Ele tentará obter algo de você e pagar o mínimo possível; e em outra rodada dar algo a você e fazer você pagar o máximo possível.

Valor: Protecionismo não é uma prática exclusiva dos EUA nem de Trump. Principalmente depois da pandemia e depois da guerra na Ucrânia, o protecionismo aumentou na Europa, por exemplo e se vê nos desentendimentos entre Brasil e França no caso da carne brasileira. Como o senhor vê essa nova forma de protecionismo?

Lamy: Para ser franco, eu não acho que seja uma nova forma de protecionismo. É algo conhecido. A razão pela qual os produtores de carne franceses não gostam de um acordo do Mercosul é porque eles acreditam que perderão mesmo que as quantidades sejam limitadas, um aumento de 1% na carne bovina produzida pelos países do Mercosul será um problema. Isso é tão antigo quanto o primeiro litígio comercial entre o rei de Creta e o faraó do Egito. Essa é uma situação que será decidida pela maioria dos países dentro da UE porque a política comercial é federalizada na UE e se os franceses conseguirem criar uma minoria de oposição suficiente ou não.

Valor: O presidente Lula disse na semana passada, na cúpula do G20 no Rio, que "a globalização neoliberal

fracassou". Ele está certo?

Lamy: Quando o senhor Lula diz que a globalização fracassou, ele olha para o dedo. O dedo é a globalização, mas a lua é o capitalismo. Minha opinião é que o capitalismo tem muitas falhas, mas até agora não encontramos nenhum outro sistema. Portanto, o que significa dizer que o capitalismo tem suas desvantagens e eu concordo plenamente com isso. Devemos reformar o capitalismo. Mas não confunda capitalismo com globalização, que trouxe muitos benefícios para muitas pessoas.

"Os americanos serão os mais afetados pelas tarifas prometidas por Trump" Pascal Lamy

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052?page=2§ion=1>

O que a vitória de Trump significa para os mercados globais? - PALAVRA DO GESTOR

Marina Valentini é estrategista de mercados globais da J.P. Morgan Asset E-mail marina.valentini@jpmorgan.com

A próxima administração dos EUA herdará uma economia que está se normalizando após os excessos da pandemia, com crescimento robusto, mercado de trabalho sólido, mas em desaceleração, e **inflação** próxima da meta de 2% do banco central. Embora os EUA estejam superando a tempestade cíclica, agora enfrentam novas incertezas sobre as políticas futuras.

Após as eleições de 2024, a prioridade para os investidores é avaliar quanto da agenda do presidente eleito Trump será implementada, monitorando políticas fiscais, comerciais, de imigração e regulação para entender seus impactos.

No campo fiscal, Trump busca uma extensão completa da Lei de Cortes de **Impostos** e Empregos de 2017 (TCJA, na sigla em inglês), mantendo uma taxa de imposto máxima de 37% e potencialmente reduzindo a taxa corporativa de 21% para 15% para fabricantes nacionais, embora o Congresso tenha a última palavra sobre cada mudança. Estima-se que todas suas propostas aumentariam o déficit em US\$ 7,5 trilhões até 2034, potencialmente elevando a dívida a 142% do **PIB**.

No entanto, as margens estreitas no Congresso e o risco de uma reação no mercado de títulos poderiam limitar a implementação completa das propostas fiscais.

Trump sugeriu uma tarifa de 10% sobre todas as importações e uma de 60% sobre as da China, e teria considerável autoridade executiva para aplicá-las.

Nesta semana, ele também mencionou potenciais aumentos de tarifas no México e no Canadá. Há muita incerteza sobre a magnitude potencial ou se serão usadas apenas como ferramenta de negociação. As negociações comerciais poderiam ter diversos resultados, com tarifas de retaliação e pressões inflacionárias possivelmente limitando as promessas de campanha. A tendência de "nearshoring" poderia continuar beneficiando a Ásia e a América Latina a

longo prazo.

No entanto, o México poderia enfrentar volatilidade com as renegociações do Acordo EUA-México-Canadá (USMCA) em 2026 e ameaças de aumentos de tarifas, já que os EUA poderiam buscar formas de limitar a entrada de produtos chineses através da fronteira e usar as negociações para obter ajuda na gestão da imigração.

Nesse âmbito, uma potencial reforma de imigração do partido republicano poderia aumentar o financiamento de fronteiras e endurecer medidas de asilo. A dependência da mão de obra imigrante e os desafios de deportação devem prevenir deportações em massa, mas poderiam restringir o número de solicitantes de asilo com autorização de trabalho.

Na defesa, o compromisso dos EUA com a Otan e a Ucrânia poderia diminuir, aumentando os gastos com defesa na Europa.

Na energia, a Lei de Redução da **Inflação** poderia ser mantida, mas com mudanças em algumas disposições, como créditos para veículos elétricos. A indústria de combustíveis fósseis poderia se beneficiar de uma redução de restrições regulatórias, o que potencialmente aumentaria a produção e reduziria preços. Trump defende uma ampla desregulamentação, beneficiando bancos regionais e empresas energéticas, enquanto as grandes empresas de tecnologia poderiam enfrentar diferentes impactos. Além disso, uma menor aplicação de leis antitruste poderia impulsionar mais fusões e aquisições.

Essas possíveis mudanças nas políticas impactam as classes de ativos de formas diferentes.

Antes desse resultado, os fundamentos das ações americanas já estavam sólidos e melhorando, e uma vitória republicana impulsiona alguns setores de "value", cíclicos e de pequena/média capitalização que estavam desfavorecidos. Isso também poderia apoiar a tendência de ampliação dos rendimentos das ações americanas além do setor de tecnologia. As ações americanas continuam respaldadas, embora os riscos em torno de taxas mais altas e as implicações

tarifárias não estejam refletidos nos preços de mercado e possam gerar volatilidade no futuro.

Gerenciar esses riscos será crucial, especialmente diante do aumento dos "valuations" e da concentração de ações americanas nos mercados globais.

Em renda fixa, as taxas de longo prazo podem continuar elevadas devido ao aumento da emissão do Tesouro e aos desafios fiscais, enquanto as de curto prazo poderiam continuar caindo moderadamente se o Fed continuar cortando taxas. Ativos como ouro e ativos reais podem melhorar a diversificação da carteira em momentos de volatilidade de taxas. O dólar pode continuar se fortalecendo devido ao risco de tarifas, incertezas sobre o crescimento global e diferenciais de taxas de juros em alta, embora sua força atual limite um maior movimento ascendente. Isso poderia impactar ações internacionais, particularmente na Zona do Euro, China e México, que também enfrentariam pressão por incertezas tarifárias. Ainda assim, os investidores deveriam manter exposição internacional devido aos descontos nos valuations e ao potencial estímulo político na China.

Acima de tudo, ao enfrentar esta nova etapa de incerteza política, a melhor defesa contra o desconhecido é uma carteira diversificada.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052>

Inflação foge da meta e abre caminho para alta de juros - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

A prévia da **inflação** de novembro, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), trouxe uma má notícia para o governo federal. De acordo com o IBGE, o indicador acelerou para 0,62%, bem acima da estimativa do mercado, que era de 0,48%. Mais preocupante ainda: nos últimos 12 meses, o índice acumula avanço de 4,77% - ultrapassando, portanto, o teto superior da meta perseguida pelo Banco Central, que é de 4,5% para 2024. Como se sabe, a pressão inflacionária é o gatilho para a alta da Selic, a taxa básica de juros da economia, pelo BC, que precisa pôr um freio na escalada de preços. Os novos dados, portanto, abrem caminho para a elevação da Selic nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

Diante da piora das expectativas, o mercado financeiro já projeta uma elevação inevitável da Selic dos atuais 11,25% ao ano para 11,75% no encontro a ser realizado em dezembro.

Para Mansueto Almeida, cenário econômico ficou mais adverso

Um das principais referências entre na área econômica do país, Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro Nacional e atual economista-chefe do banco BTG Pactual, diz que o cenário ficou mais adverso nos últimos meses. "Estamos numa trajetória de alta de juros e da **inflação**", afirmou, em evento em São Paulo.

"No início do ano, o mercado esperava uma **inflação** de 3,5%, mas estamos indo para uma **inflação** perto de 5%. Num cenário como esse, é preciso ter algo estrutural vindo da parte fiscal."

Vale supera Petrobras e passa a ser a maior pagadora de dividendos

A Petrobras costuma liderar os rankings de maior pagadora de dividendos do Brasil. No terceiro trimestre de 2024, porém, a petrolífera perdeu a primazia para a Vale, segundo a gestora Janus Henderson. A mineradora pagou ao seus acionistas US\$ 1,6 bilhão em proventos, acima do US\$ 1,4 bilhão desembolsado pela Petrobras. Na América Latina, nenhuma outra empresa rivalizou com as gigantes brasileiras por esse

critério. No mundo, o campeão dos dividendos foi o conglomerado financeiro China Bank.

Walmart cancela programas de diversidade e inclusão

As iniciativas de diversidade estão perdendo força pelo mundo. Depois de empresas como Microsoft, Google e Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp, anunciarem o fim de seus programas de inclusão, agora foi a vez do Walmart, maior varejista do mundo, aderir ao retrocesso, eliminando até mesmo os treinamentos sobre equidade racial para funcionários. As mudanças vieram após o influencer antidiversidade Robby Starbuck ameaçar a empresa com um boicote antes da Black Friday.

"Sabemos que a agricultura brasileira fornece carne de alta qualidade, respeito às normas e sabor. Se a comunicação do Carrefour França gerou confusão e pode ter sido interpretada como questionamento de nossa parceria com a agricultura brasileira e como uma crítica a ela, pedimos desculpas" Trecho de carta enviada por Alexandre Bompard, CEO globo do Grupo Carrefour, ao ministro da Agricultura do Brasil, Carlos Fávaro

R\$ 7,2 trilhões foi quanto somaram os investimentos de pessoas físicas no Brasil de janeiro a setembro. Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o número representa um aumento de 11,5% em relação ao volume investido em todo o ano de 2023

RAPIDINHAS

» A Companhia Paranaense de Energia (Copel) vendeu, para a Electra, onze pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e centrais geradoras hidrelétricas (CGH), além de uma termelétrica e um parque eólico. O valor da transação chegou a aproximadamente R\$ 450 milhões. A Copel se desfez das operações para focar em unidades mais rentáveis.

» A Neuralink, startup que pertence a Elon Musk, recebeu autorização para testar a capacidade de seu chip cerebral de movimentar braços robóticos. Há alta expectativa em relação ao experimento.

Segundo os cientistas da Neuralink, a tecnologia pode permitir que pessoas com paralisia controlem

dispositivos com a mente.

» O etarismo é uma realidade no mundo corporativo. Uma pesquisa feita pela consultoria PwC Brasil e a Fundação Getúlio Vargas constatou que 72% dos gestores de grandes empresas preferem contratar pessoas com menos de 40 anos. Além disso, a maior parte das companhias (86%) não possui planos de carreira para profissionais acima dessa faixa etária.

» O ano de 1924 representa um marco para a produção de soja no Brasil. Foi há 100 anos que o grão começou a ser plantado em larga escala no país. Desde então, a cultura assumiu um lugar privilegiado entre os itens agrícolas nacionais e provocou um impacto gigantesco no desenvolvimento da economia brasileira.

Site:

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/6688/27-11-2024.html?all=1>

Chega de paliativos fiscais (Editorial)

O crescimento das despesas obrigatórias da União acima do esperado, em especial os gastos com benefícios previdenciários, levou a mais um bloqueio no Orçamento, desta vez de R\$ 6 bilhões - e não R\$ 5 bilhões, como havia estimado o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Com isso, o total bloqueado para tentar conter o rombo das contas públicas em 2023 no limite de R\$ 28,7 bilhões chega a R\$ 19,3 bilhões, numa ginástica contábil que evidencia a cada dia a fragilidade do arcabouço sem uma reestruturação total das despesas que Lula da Silva reluta em promover.

Pelos sinais emitidos de forma recorrente pelo Planalto, o mercado aposta em um fôlego curto para o pacote de corte de gastos que o governo está prestes a anunciar, após mais de um mês de expectativas. Algo que trará, no máximo, alívio transitório a um problema que exige solução duradoura e não simples retoques na pintura para apresentar um quadro de déficits tolerados. Como disse em entrevista ao Estadão a professora do Insper Laura Muller Machado, o planejamento deveria envolver menos quais serão os alvos dos cortes e mais qual política pública funciona ou não.

O governo sabe disso e os modelos em discussão no Ministério do Planejamento comprovaram, ao abordar a indexação excessiva dos benefícios sociais, a conta previdenciária impagável e programas ineficientes. Mas, ciente da dificuldade de levar à frente o "corte estrutural" que defende, a ministra Simone Tebet - que, aliás, não participou da reunião ministerial com Lula para apresentar formalmente o pacote - adiantou, no mês passado, que a proposta virá parcelada, com um primeiro conjunto de medidas seguido por "pelo menos outros dois" que ainda serão elaborados.

Parece mais um eufemismo para descrever o acanhamento do governo Lula da Silva quando o assunto é reduzir gastos públicos. Também em entrevista a este jornal, o CEO da Verde Asset, Luis Stuhlberger, definiu com uma conta simples o ceticismo do mercado em relação à possibilidade de o governo limitar o crescimento das despesas a 2,5% ao ano: "O gasto com Previdência está perto de R\$ 1 trilhão. Se ele cresce 4% ao ano, como vai caber nos 2,5%?".

Nesse sentido, a pontaria de Javier Milei na Argentina tem se mostrado bem mais certa, com um ajuste fiscal duríssimo, que inclui cortes de subsídios e enxugamento da máquina pública, para reduzir de imediato 35% dos gastos do Estado em relação a

2023. Nos primeiros dez meses do ano, as contas argentinas acumularam superávit primário de 10,3 trilhões de pesos (R\$ 59,4 bilhões), um feito em relação ao déficit de 2,9 trilhões de pesos (R\$ 16,7 bilhões) no mesmo período de 2023.

Em que pesem todas as ressalvas feitas a "El Loco" - e o também duro custo social do ajuste -, ele tem mostrado consistência na busca pelo cumprimento da meta de déficit zero, em contraste com a débil política fiscal do Brasil. Outras medidas que marcaram sua controversa campanha, como o fechamento do Banco Central argentino e a dolarização da economia, ficaram apenas como bravatas e nada indica que ainda têm chance de serem concretizadas.

Por aqui, Lula da Silva insiste no crescimento das despesas obrigatórias da União acima do esperado, em especial os gastos com benefícios previdenciários, levou a mais um bloqueio no Orçamento, desta vez de R\$ 6 bilhões - e não R\$ 5 bilhões, como havia estimado o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Com isso, o total bloqueado para tentar conter o rombo das contas públicas em 2023 no limite de R\$ 28,7 bilhões chega a R\$ 19,3 bilhões, numa ginástica contábil que evidencia a cada dia a fragilidade do arcabouço sem uma reestruturação total das despesas que Lula da Silva reluta em promover.

Pelos sinais emitidos de forma recorrente pelo Planalto, o mercado aposta em um fôlego curto para o pacote de corte de gastos que o governo está prestes a anunciar, após mais de um mês de expectativas. Algo que trará, no máximo, alívio transitório a um problema que exige solução duradoura e não simples retoques na pintura para apresentar um quadro de déficits tolerados. Como disse em entrevista ao Estadão a professora do Insper Laura Muller Machado, o planejamento deveria envolver menos quais serão os alvos dos cortes e mais qual política pública funciona ou não.

O governo sabe disso e os modelos em discussão no Ministério do Planejamento comprovaram, ao abordar a indexação excessiva dos benefícios sociais, a conta previdenciária impagável e programas ineficientes. Mas, ciente da dificuldade de levar à frente o "corte estrutural" que defende, a ministra Simone Tebet - que, aliás, não participou da reunião ministerial com Lula para apresentar formalmente o pacote - adiantou, no mês passado, que a proposta virá parcelada, com um primeiro conjunto de medidas seguido por "pelo menos outros dois" que ainda serão elaborados.

Parece mais um eufemismo para descrever o acanhamento do governo Lula da Silva quando o assunto é reduzir gastos públicos. Também em entrevista a este jornal, o CEO da Verde Asset, Luis Stuhlberger, definiu com uma conta simples o ceticismo do mercado em relação à possibilidade de o governo limitar o crescimento das despesas a 2,5% ao ano: "O gasto com Previdência está perto de R\$ 1 trilhão. Se ele cresce 4% ao ano, como vai caber nos 2,5%?".

Nesse sentido, a pontaria de Javier Milei na Argentina tem se mostrado bem mais certa, com um ajuste fiscal duríssimo, que inclui cortes de subsídios e enxugamento da máquina pública, para reduzir de imediato 35% dos gastos do Estado em relação a 2023. Nos primeiros dez meses do ano, as contas argentinas acumularam superávit primário de 10,3 trilhões de pesos (R\$ 59,4 bilhões), um feito em relação ao déficit de 2,9 trilhões de pesos (R\$ 16,7 bilhões) no mesmo período de 2023.

Em que pesem todas as ressalvas feitas a "El Loco" - e o também duro custo social do ajuste -, ele tem mostrado consistência na busca pelo cumprimento da meta de déficit zero, em contraste com a débil política fiscal do Brasil. Outras medidas que marcaram sua controversa campanha, como o fechamento do Banco Central argentino e a dolarização da economia, ficaram apenas como bravatas e nada indica que ainda têm chance de serem concretizadas.

Por aqui, Lula da Silva insiste no discurso que baseia o desenvolvimento econômico no Estado gastador, centrado em medidas contra a pobreza e a fome. Decerto políticas de combate à desigualdade social devem figurar entre as prioridades de qualquer governo, mas dentro do limite que a economia é capaz de suportar sem criar **inflação**, que reduz o poder de compra justamente dos mais pobres.

A pobreza não vai se reduzir pela vontade de Lula. Aliás, o PT de Lula esteve no poder em 15 dos últimos 21 anos e, malgrado alguma melhora superficial, os pobres continuam no mesmo lugar, sem perspectivas e dependentes do Estado em várias regiões do País. Ou seja, só o desejo de justiça social não é capaz de mudar a realidade.

É preciso coragem para enfrentar as questões estruturais que emperram o desenvolvimento do País - e isso, já vimos, Lula não tem.

discurso que baseia o desenvolvimento econômico no Estado gastador, centrado em medidas contra a pobreza e a fome. Decerto políticas de combate à desigualdade social devem figurar entre as prioridades

de qualquer governo, mas dentro do limite que a economia é capaz de suportar sem criar **inflação**, que reduz o poder de compra justamente dos mais pobres.

A pobreza não vai se reduzir pela vontade de Lula. Aliás, o PT de Lula esteve no poder em 15 dos últimos 21 anos e, malgrado alguma melhora superficial, os pobres continuam no mesmo lugar, sem perspectivas e dependentes do Estado em várias regiões do País. Ou seja, só o desejo de justiça social não é capaz de mudar a realidade.

É preciso coragem para enfrentar as questões estruturais que emperram o desenvolvimento do País - e isso, já vimos, Lula não tem.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Presidente sanciona, sem vetos, lei sobre emenda parlamentar

EDUARDO RODRIGUES E HENRIQUE SAMPAIO
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou integralmente a lei complementar com novas regras para destinação de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

Como adiantou o Estadão/ Broadcast, nenhum ministério solicitou veto a trechos do texto aprovado. O objetivo do projeto é colocar em prática o acordo feito entre Supremo Tribunal Federal (STF), Congresso e governo sobre a destinação e transparência das emendas. O projeto, porém, não atende a todos os critérios de transparência e garante R\$ 50,5 bilhões em recursos nas mãos dos parlamentares no Orçamento de 2025.

Na votação, a Câmara dos Deputados retomou a aplicação de no mínimo 50% das emendas de comissão para a área da Saúde. Essa obrigatoriedade havia sido retirada pelo Senado.

PROPORCIONAL. A possibilidade de o governo bloquear emendas parlamentares continuou fora do projeto, mas o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o Planalto irá enviar uma nova proposta para estabelecer um bloqueio de emendas de 15% proporcional ao das despesas discricionárias (não obrigatórias) do Poder Executivo.

Além disso, o texto aprovado estabelece a redução de 10 para 8 no número de emendas de bancada que cada Estado pode indicar, com a justificativa de evitar conflitos com os termos acordados entre os Poderes.

As emendas de bancada agora deverão ser destinadas exclusivamente a projetos estruturantes nos Estados, de acordo com uma demanda do governo federal, que busca alinhar esses recursos a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

PIX. Para as emendas individuais de transferência especial, conhecidas como "emendas Pix", o texto detalha que o autor deve informar o objeto e o valor da transferência, enquanto o beneficiário, como governos estaduais ou prefeituras, deve fornecer dados da conta bancária específica para recebimento. Essas informações serão divulgadas na plataforma

transferegov.br, garantindo maior rastreabilidade.

A proposta também introduz um "teto" para o crescimento das emendas impositivas de 2,5% ao ano acima da **inflação**. Esse movimento visa equilibrar o Orçamento, especialmente em um cenário em que o controle sobre as emendas de comissão passou a ser uma questão central no Congresso, substituindo a dinâmica do antigo orçamento secreto, considerado inconstitucional pelo STF.

Por fim, o texto busca descentralizar o poder sobre as emendas de comissão, que agora serão discutidas e votadas dentro de cada colegiado.

Suspenso

O pagamento das emendas parlamentares está suspenso pelo STF desde agosto deste ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Prévia do IPCA sobe e pressiona BC por juros

DANIELA AMORIM RIO

O aumento dos preços de alimentos e passagens aéreas acelerou a prévia da **inflação** oficial no País em novembro e vai pressionar o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), que pode intensificar o ritmo de alta da taxa básica de juros, segundo projeções do mercado.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou ontem, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA- 15) passou de uma alta de 0,54%, em outubro, para 0,62% neste mês. O resultado ficou próximo das estimativas mais pessimistas dos analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast, que previam uma **inflação** de 0,22% a 0,64%, com mediana de 0,49%.

A taxa acumulada pelo IPCA- 15 em 12 meses acelerou pelo segundo mês consecutivo, subindo a 4,77% em novembro, superando a meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central (BC), que é de 3% em 2024, com teto de tolerância até 4,5%.

Os dados de ontem colocam mais pressão sobre o BC na condução da política monetária, avaliou Luis Otávio Leal, economista-chefe da gestora de recursos G5 Partners, que elevou sua projeção tanto para o IPCA de novembro (de alta de 0,20% para 0,35%) quanto para o fechamento de 2024, de 4,6% para 4,7%.

"No Brasil, choques temporários se tornam permanentes e, por isso, acabam tendo de ser combatidos pela política monetária.

Por enquanto, mantemos a nossa expectativa de que os juros fechem 2024 em 11,75% ao ano e cheguem a 13% ao ano em maio de 2025, mas ambas projeções têm um claro viés de alta", disse Leal, em nota.

Com a **inflação** pressionada, o C6 Bank também prevê que o Copom aumente a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual na reunião de dezembro, dos atuais 11,25% ao ano para 11,75% ao ano, com mais duas elevações de 0,25 ponto percentual nos encontros de janeiro e de março de 2025.

"Não descartamos, porém, o risco de o ajuste ser ainda mais elevado em função da piora das

expectativas de **inflação**", ponderou a economista Claudia Moreno, do C6 Bank, em comentário.

A XP Investimentos espera, por enquanto, uma **inflação** de 4,9% ao fim de 2024, seguida de alta de 4,7% em 2025. "Nossa projeção para a taxa Selic terminal (no fim do atual ciclo de alta) é de 13,25% em meados de 2025, mas a probabilidade de uma aceleração no ritmo do aperto, para 0,75 ponto percentual, aumentou", escreveu Alexandre Maluf, em comentário a clientes.

ITENS VOLÁTEIS. Em novembro, itens considerados voláteis, como alimentos e tarifas aéreas, foram os principais "vilões" da prévia da **inflação** oficial. O custo das famílias com alimentação e bebidas subiu 1,34% neste mês, respondendo por quase metade (0,29 ponto percentual) da taxa de 0,62% registrada pelo IPCA-15.

Os produtos alimentícios aumentaram pelo terceiro mês seguido.

A alimentação no domicílio encareceu em 1,65% em novembro.

Houve aumentos no óleo de soja (8,38%), tomate (8,15%) e carnes (7,54%). Por outro lado, as famílias pagaram menos pela cebola (- 11,86%), ovo de galinha (- 1,64%) e frutas (-0,46%). Já a alimentação fora do domicílio aumentou 0,57%: a refeição fora de casa subiu 0,38%, e o lanche avançou 0,78%.

Em transportes, as passagens aéreas encareceram 22,56% em novembro, maior pressão individual sobre a **inflação** (0,14 ponto percentual). O ônibus urbano subiu 1,34%.

Nos combustíveis, houve aumentos no gás veicular (1,06%) e na gasolina (0,07%), mas quedas no etanol (-0,33%) e no óleo diesel (-0,17%).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ameaça de tarifaço de Trump põe em risco cadeias globais de comércio

NYT

O presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que vai impor no seu primeiro dia de governo tarifas sobre todos os produtos vendidos por Canadá, México e China para os EUA. A medida pode alterar as cadeias de suprimentos globais e impor custos altos às empresas que dependem das maiores economias mundiais.

Em uma postagem na rede Truth Social, Trump mencionou uma caravana de migrantes no México a caminho dos Estados Unidos e disse que usaria uma ordem executiva para impor uma tarifa de 25% sobre os produtos. Ele disse que as tarifas estariam alinhadas ao combate às drogas e à migração. "Essa tarifa permanecerá em vigor até que as drogas, em particular o fentanil, e todos os imigrantes ilegais parem essa invasão do nosso País!", escreveu.

Em outro post, Trump também ameaçou impor tarifa adicional de 10% sobre os produtos da China, sob o mesmo argumento de envio de fentanil para os EUA. "Representantes da China me disseram que instituiriam a pena máxima, a de morte, para quaisquer traficantes de drogas que fossem pegos fazendo isso, mas, infelizmente, eles nunca cumpriram", afirmou.

Juntas, as ameaças tarifárias são um ultimato contra os três maiores parceiros comerciais dos EUA e podem prejudicar as relações diplomáticas e econômicas dos EUA mesmo antes de Trump retornar à Casa Branca, em janeiro.

A notícia das tarifas alarmou os três países de imediato. As moedas do Canadá e do México desvalorizaram em relação ao dólar. Um porta-voz da Embaixada da China em Washington advertiu que não haverá vencedores em uma guerra comercial.

A ameaça de Trump também teria implicações sérias para as indústrias americanas, incluindo fábricas de automóveis, agronegócio e embaladores de alimentos, que enviam peças, materiais e produtos acabados através das fronteiras dos EUA. México, China e Canadá, juntos, representam mais de um terço dos bens e serviços tanto importados quanto exportados pelos EUA, e sustentam dezenas de milhões de empregos americanos.

Os três países responderam por mais de US\$ 1 trilhão (R\$ 5,81 trilhões) das exportações dos EUA e forneceram quase US\$ 1,5 trilhão (R\$ 8,7 trilhões) em bens e serviços para os Estados Unidos em 2023.

Os custos poderiam ser particularmente altos para indústrias que dependem do mercado americano integrado, que foi unido por um acordo de livre-comércio que perdura há mais de 30 anos. Adicionar 25% ao preço dos produtos importados poderia tornar muitos deles excessivamente caros, e potencialmente paralisar o comércio em torno do continente. Isso também poderia provocar retaliações de outros governos, que podem impor as próprias tarifas sobre as exportações americanas.

A reação, por sua vez, poderia causar o aumento da **inflação** e escassez para os consumidores nos Estados Unidos e em outros lugares, além de falências e perda de empregos.

Trump insistiu que as empresas estrangeiras paguem as tarifas, mas o custo é arcado pela empresa que importa os produtos e, em muitos casos, repassados aos consumidores.

REAÇÃO. A presidente do México, Claudia Sheinbaum, reagiu à ameaça de Trump sinalizando que o país está preparado para responder com tarifas retaliatórias.

Segundo ela, elevar tarifas não conseguiria coibir a migração ilegal nem o consumo de drogas ilícitas nos EUA. "O melhor caminho é o diálogo", disse, em sua entrevista coletiva diária.

Em declaração assinada pelo premiê Justin Trudeau, pela ministra da Fazenda, Chrystia Freeland, e pelo ministro de Segurança Pública, Dominic LeBlanc, o Canadá ressaltou os laços profundos entre as duas economias.

"O Canadá é essencial para o fornecimento de energia dos EUA, e no ano passado 60% das importações de petróleo bruto dos EUA tiveram origem no Canadá", diz a declaração.

Liu Pengyu, porta-voz da Embaixada da China em Washington, disse que "a insinuação de que a China permite que materiais do fentanil viagem para os EUA

é completamente contrária aos fatos".

VAIVÉM

US\$ 1 trilhão é quando Canadá, China e México compraram dos Estados Unidos em 2023

US\$ 1,5 trilhão é quanto esses países importaram dos EUA em 2023

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fed sinaliza cautela para o corte de juros nos EUA

ANDRÉ MARINHO e MATHEUS ANDRADE

Na última reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), os dirigentes reforçaram a confiança em que a **inflação** nos EUA caminha de forma sustentada em direção à meta de 2%, mas alguns deles alertaram que o processo pode demorar mais do que o esperado, de acordo com a ata do encontro, divulgada ontem.

Segundo o documento, a expectativa é de que os juros caiam mais se os dados evoluírem conforme esperado. No entanto, os dirigentes reforçaram que a política monetária não está em uma trajetória predefinida e depende essencialmente da evolução da economia. Os membros do Fed concordaram que a atividade econômica continuou se expandindo em ritmo sólido e que houve progresso no combate à **inflação**, embora os índices de preços permaneçam altos. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Brasil ganha força como exportador de alimentos

Por Sabrina Nascimento

Cinco décadas separam o Brasil importador de alimentos do Brasil que é líder na exportação de soja, café e outros produtos. Quase 60% de toda a soja do mundo sai daqui. Isso sem falar no suco de laranja (75%), café (30%), açúcar (48,2%), carne de frango (35,5%) e carne bovina (24,6%), de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

"Os olhos do mundo estão voltados ao Brasil, por ser o principal ator da maioria das cadeias produtivas e de exportação mundial", avalia Manuel Otero, diretor-geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). No último ano, o País movimentou US\$ 150,1 bilhões e foi o terceiro maior exportador, atrás da União Europeia e dos Estados Unidos, conforme dados do Centro Internacional de Comércio.

Há forte contribuição também na economia nacional.

Desde 2010 (com exceção de 2013 e 2014), o superávit comercial do agronegócio brasileiro tem superado o déficit dos demais setores, garantindo sucessivos resultados positivos na balança comercial. Para 2024, o **PIB** do agronegócio deve somar R\$ 2,5 trilhões (sendo R\$ 1,7 trilhão no ramo agrícola e R\$ 759,8 bilhões na pecuária).

Assim, a participação do setor na economia deve ficar próxima de 21,8%.

E o Brasil precisa aumentar a sua produção em 40% para atender à demanda mundial, já que a previsão da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura é chegar a 2050 com 9,7 bilhões de pessoas no globo. Para isso, o setor produtivo aposta que é possível converter até 40 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade em áreas agricultáveis nos próximos dez anos, ou seja, não é preciso avançar sobre a vegetação nativa.

"O potencial do Brasil é gigantesco para transformar áreas degradadas e de baixa produtividade em áreas produtivas.

Por isso, foi criado o programa ABC no passado (hoje o ABC+), que foca na recuperação de pastagem, com as tecnologias de integração lavoura-pecuária-

floresta", ressalta Bruno Lucchi, diretor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O equilíbrio entre o aumento da produção e a sustentabilidade, no entanto, exige monitoramento mais preciso da chamada "primeira milha" das cadeias agropecuárias - etapas iniciais do processo produtivo. Segundo Ricardo Assumpção, sócio-líder de Sustentabilidade e CSO LATAM da Ernst Young, haverá uma cobrança cada vez maior para garantir que não haja desmatamento ou desequilíbrios sociais no início das produções.

Com isso, o setor precisa melhorar a comunicação não somente com os clientes de outros países, mas também no mercado doméstico.

"Precisamos mostrar as vantagens de o setor ser mais sustentável, que não é apenas custo. É rentabilidade e uma posição comercial mais forte", diz Assumpção.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

PEC de deputados prevê corte de R\$ 1 tri em dez anos

Fabio Murakawa, Rapahel Di Cunto, Murilo Camarotto e Rafael Bitencourt De Brasília

Antes mesmo da apresentação do pacote de corte de gastos do governo, deputados do PSD, PP e União Brasil preparam uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para aprofundar a redução de despesas, que poderia chegar a R\$ 1 trilhão em dez anos, segundo os autores. A principal medida prevista é a desvinculação das despesas previdenciárias e assistenciais da política de valorização do salário mínimo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve fazer um pronunciamento em rede de rádio e TV na noite desta quarta-feira para explicar o pacote que o governo enviará ao Congresso. Caso o anúncio não aconteça hoje, o vídeo seria exibido na quinta-feira. Além de detalhar as medidas, Haddad vai exaltar o bom desempenho da economia, com desemprego em baixa, inflação controlada - embora fora da meta - e massa salarial em crescimento.

Ontem, durante o seminário "Brasil rumo à COP 30", realizado pela Editora Globo, os ministros Silvio Costa (Portos e Aeroportos) e Renan Filho (Transportes) defenderam o corte de gastos.

Página A8

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188052?page=2§ion=1>

Resultado em nível desconfortável dificulta tarefa do BC

Sérgio Lamucci São Paulo

O resultado do IPCA-15 de novembro mostrou uma **inflação** num nível desconfortável, com alta forte das cotações de alimentação em domicílio e sinais de que o dólar caro começa a afetar alguns preços. Os números dos serviços mais sensíveis à demanda e dos núcleos (que buscam eliminar ou reduzir a influência dos itens mais voláteis) não foram muito desfavoráveis, embora tenham subido na média de três meses anualizada e com ajuste sazonal. Embora não seja explosivo, é um quadro inflacionário preocupante, indicando dificuldades para o Banco Central (BC) trazer a **inflação** para a meta de 3%, especialmente se não houver alívio expressivo no câmbio, o que depende principalmente da redução das incertezas fiscais.

O IPCA-15 subiu 0,62% em novembro, acima do consenso dos analistas ouvidos pelo Valor Data, de 0,48%. Com isso, o acumulado em 12 meses passou de 4,47% para 4,77%, superando assim o teto da banda de tolerância da meta, de 4,5%. Houve aceleração expressiva do grupo alimentação no domicílio, de 0,95% em outubro para 1,65% em novembro, puxada por carnes, óleo de soja e tomate.

Passagens aéreas também avançaram com força, um aumento de 22,56%, muito acima das projeções dos analistas. Foi a maior contribuição individual para o alta do IPCA-15, uma prévia da **inflação** oficial do país.

O dólar caro, cotado hoje na casa de R\$ 5,80, pode ter exercido alguma influência na alta dos alimentos em domicílio, mas os principais fatores para o aumento forte são outros.

O economista Fábio Romão, da LCA Consultores, destaca, no caso das carnes, a questão da sazonalidade e dos efeitos da estiagem. O impacto do câmbio desvalorizado aparece tipicamente nos bens industriais, que subiram 0,26% em novembro.

Não é um aumento significativo, mas é uma variação bem maior que a registrada há um ano, quando os preços desses produtos caíram 0,14%. "O fato de ter superado o mesmo mês de 2023 pode ter algum efeito do câmbio", diz Romão. O risco maior do dólar nas alturas é pressionar esses bens com mais força nos

próximos meses, caso as cotações não recuem. Em 12 meses, a **inflação** de produtos industriais no IPCA-15 subiu de 1,6% em outubro para 2,05% e novembro. Romão acredita que esse grupo, que teve alta de 1,1% em 2023, avançará 2,5% em 2024.

Os cinco núcleos acompanhados com mais atenção pelo BC tiveram alta de 0,4% neste mês, abaixo do 0,43% de outubro. Em 12 meses, porém, houve alta de 3,81% para 3,95%. Além disso, também houve piora numa das medidas preferidas dos analistas para avaliar a **inflação** de curto prazo: na média de três meses anualizada e com ajuste sazonal, esses núcleos subiram de 4,4% para 4,6%.

No caso dos serviços mais sensíveis à demanda, também ocorreu uma aceleração nessa medida de curto prazo - a média anualizada dos três meses até novembro, ajustada sazonalmente, avançou para 5,6%, depois de atingir 5% até outubro. Na variação mensal, esses serviços tiveram alta de 0,45%, desacelerando-se em relação ao 0,59% do mês anterior.

Romão elevou a projeção do IPCA de novembro de 0,2% para 0,33%. Já a estimativa para 2024 aumentou de 4,7% para 4,8%.

Um IPCA entre 4,5% e 5% neste ano contaminará a **inflação** do ano que vem, dada a elevada inércia no país-o fenômeno pelo qual a **inflação** passada alimenta a **inflação** futura. Já há quem preveja um indicador em 5% em 2025, como o Itaú Unibanco. Romão tem uma projeção mais baixa, de 4,2%.

As expectativas para o IPCA de 2026 também seguem em alta, subindo de 3,7% para 3,78%, como mostrou o Boletim Focus divulgado na segunda-feira (25). Com as projeções se distanciando da meta de 3% e o câmbio desvalorizado, a avaliação dominante é que o BC terá que promover um aumento mais forte da Selic, que poderá superar 13% no fim do ciclo de alta da taxa, hoje em 11,25%.

A redução das incertezas sobre as contas públicas poderia mudar esse quadro, o que exigiria por medidas firmes de combate ao crescimento das despesas obrigatórias. O pacote fiscal a ser anunciado nesta semana, que pode poupar R\$ 70 bilhões em dois anos, não deve ter esse impacto, produzindo um

alívio mais modesto sobre o câmbio. O resultado deve ser uma Selic mais alta por mais tempo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052?page=2§ion=1)**

Deputados apresentam alternativa a corte de gastos

**Raphael Di Cunto, Fabio Murakawa Murilo Caniarottoe
Rafael Bitencourt De Brasília**

Um trio de deputados do PSD, PP e União Brasil, partidos da base governista, se movimenta para apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), com corte de gastos para ampliar a economia projetada com o pacote fiscal que o governo está em vias de divulgar. A iniciativa, capitaneada pelos deputados Pedro Paulo (PSD-RJ), Júlio Lopes (PP-RJ) e Kim Kataguirí (União-SP), ainda está em elaboração. E deve ser protocolada nesta quarta-feira, mesmo dia em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pretende fazer um pronunciamento em rede de rádio e TV na noite para explicar as medidas à população.

A PEC precisará do apoio de 171 deputados para começar a tramitar no Congresso. Ela tem como base ideias sugeridas pelo Paulo Bijos, ex-secretário-adjunto da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, que saiu do cargo em julho.

O texto promove medidas com potencial de economizar mais de R\$ 1 trilhão em dez anos, segundo os autores, com base em projeções da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados (Conof). O valor é bem superior ao discutido pelo governo Lula (PT) em seu próprio pacote.

A medida com maior economia de gastos é a desvinculação das despesas públicas previdenciárias ou assistenciais (como o Benefício de Prestação Continuada, BPC) da política de valorização do salário mínimo.

Outra sugestão é desvincular das receitas os pisos de saúde, educação e o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) por três anos (de 2026 a 2028), o que provocará economia de R\$ 74 bilhões, e retirar da Constituição o valor das emendas parlamentares ao Orçamento, deixando para defini-lo por lei complementar.

Os deputados querem ainda limitar o abono salarial a quem ganha apenas um salário mínimo e extingui-lo a partir de 2031. A economia seria de R\$ 15 bilhões até 2031 com a restrição. Atualmente, recebe o benefício anualmente o trabalhador contratado no regime CLT que ganha até dois salários mínimos por mês.

Também sugerem limitar as indenizações remuneratórias para os **servidores públicos** e magistrados a 30% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), com vedação ao pagamento retroativo.

Fontes no Planalto afirmam que o pronunciamento de Haddad poderia ser exibido na quinta-feira, caso o aguardado anúncio das medidas não ocorra hoje, conforme está previsto. O texto a ser lido pelo ministro ainda estava sendo elaborado na tarde de ontem. Mas, além de explicar o teor das medidas, Haddad deve exaltar na transmissão o bom desempenho da economia, com desemprego em baixa, **inflação** controlada - embora fora do centro da meta - e massa salarial em crescimento.

O governo deve enviar seu pacote de medidas de austeridade ao Congresso Nacional na forma de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei complementar.

Na segunda-feira, Haddad afirmou que o pacote já está fechado, após uma reunião "definitiva" com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o assunto. O futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, participou do encontro.

Haddad não divulgou quais seriam as medidas, uma vez que os textos ainda seriam apresentados aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo o ministro, no entanto, as medidas já estão "pacificadas" dentro do governo.

Nesta terça, 26, ministros de pastas sensíveis a investimentos destacaram a importância da responsabilidade fiscal para a previsibilidade da economia. Durante o seminário "Brasil rumo à COP 30", realizado pela Editora Globo, os ministros Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e Renan Filho (Transportes) defenderam as medidas.

"[O pacote de medidas] vai permitir abrir espaço para reduzir juros e retomar o investimento que precisamos", disse Renan.

Costa Filho lembrou que o pacote envolve muitas áreas e é complexo, mas que "a responsabilidade fiscal é cláusula pétrea": "Não é uma coisa de direita ou de esquerda. É importante a gente ter

previsibilidade para investimentos."

Na TV, Haddad deve, além das medidas, destacar bom desempenho da economia

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052?page=2§ion=1)**

Incertezas na economia dos EUA em 2025 (Artigo)

Nilson Teixeira

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

O cenário para a economia dos EUA para 2025 é nebuloso, pois a campanha eleitoral do presidente eleito, Donald Trump, indicou mudanças substanciais em diversas políticas a partir da sua posse em 20 de janeiro. O teor e a magnitude das modificações a serem implementadas não são conhecidos, pois, enquanto algumas medidas demandam definições da equipe e negociações com governos de diversas regiões - em particular, China, Área do Euro, Canadá e México -, outras decisões exigem tramitação e aprovação do Congresso americano, o que requer tempo, mesmo com a maioria assegurada pelo Partido Republicano nas duas casas legislativas.

O cenário base para a economia dos EUA em 2025 da maioria dos participantes de mercado parece ser:

PIB cresce entre 2% e 2,5%

Esse desempenho assume uma continuação do ritmo de crescimento dos investimentos, em particular na área de inteligência artificial, e desaceleração do consumo das famílias, com menor expansão da massa salarial.

A taxa de desemprego permanece entre 4% e 4,5%, com criação mensal média de 80 mil a 130 mil postos de trabalho. Essa dinâmica depende da menor expansão da demanda por trabalhadores e da desaceleração da força de trabalho relacionada à menor entrada de imigrantes.

O impulso fiscal adicional não será significativo em 2025, pois a gradual implementação de mudanças nas políticas públicas só tende a ter maior repercussão em 2026.

Ao contrário de 2024, as exportações não contribuem de forma determinante para o crescimento.

Núcleo de **inflação** ao consumidor (PCE) entre 2,3% e 2,8%

O limite superior desse intervalo está associado à perspectiva de maior rigidez da **inflação**, em particular

no segmento habitacional, com concentração no segundo semestre do efeito transitório da alta do Imposto de Importação (II) na **inflação**.

A alta da tarifa de importação efetiva pode elevar temporariamente o núcleo da **inflação** para próximo de 3% no início do segundo semestre.

Taxa de juros básica entre 3,25% e 3,75%

O ritmo de afrouxamento monetário de 25 pb continua durante parte de 2025, com os últimos cortes podendo ocorrer em reuniões intercaladas.

A dinâmica dos juros dependerá das projeções do Fed sobre os efeitos na economia advindos da alta das tarifas de importação, da redução de **impostos** corporativos e das restrições à imigração.

No atual ambiente, esse cenário base precisa ser analisado com cuidado. A fragilidade das projeções exige maior foco na avaliação de estudos e simulações sobre o comportamento das principais variáveis, como atividade e **inflação**, para diferentes políticas de Trump. Essa estratégia faz ainda mais sentido depois da pandemia, quando as projeções se tornaram menos precisas devido às mudanças no funcionamento da economia e em seus canais de transmissão.

Os trabalhos mais úteis são aqueles que avaliam os possíveis efeitos da alta da alíquota do II sobre diferentes bens, serviços e regiões, bem como os que discutem o processo de aprovação e implementação. Além da maior alta das alíquotas sobre bens importados da China, a incidência de II será diferenciada, com maior incidência sobre bens duráveis, em particular automóveis. A leitura mais construtiva é de que o aumento do II só interromperá provisoriamente a convergência da **inflação** ao consumidor para a meta de 2%, com uma elevação temporária do núcleo de **inflação** de cerca de 0,5 pp.

Por outro lado, um cenário de alta mais expressiva da tarifa de importação efetiva para todos os mercados, com aumento da alíquota do II em 60 pp para a China - correspondente à elevação da tarifa de importação efetiva da China em 20 pp - pressionaria o PCE para patamar bem acima de 3% em meados de 2026. Uma alta dessa magnitude reduziria o crescimento, tanto

pelo desestímulo aos investimentos, por conta do aumento de custos, como pelo recuo das exportações, em função de retaliações de outros países.

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052?page=2§ion=1>

Em outra frente, a redução de **impostos** corporativos teria impacto favorável na atividade e nos preços dos ativos, em particular das ações. Mesmo assim, o efeito sobre os investimentos por esse canal seria mais expressivo só em 2026, devido à demora na definição pelas empresas sobre inversões mais vultosas. Já o efeito-riqueza positivo sobre o consumo das famílias seria sentido em 2025.

A análise sobre os impactos da provável diminuição da imigração para os EUA e de uma política mais ampla de expulsão de imigrantes ilegais também é muito relevante. A estimativa sobre esses números não é simples, mas são comuns as hipóteses de redução da entrada líquida em 2025 para um patamar entre 500 mil e 1 milhão de imigrantes, frente aos 3 milhões de 2023, com aumento da deportação em 500 mil a 2 milhões de imigrantes ilegais.

A visão mais construtiva é a de que o impacto nas condições do mercado de trabalho não será expressivo em 2025. Apesar de a expansão da força de trabalho recuar com o menor fluxo migratório, a expansão da demanda por trabalhadores também diminuirá no próximo ano. Assim, a menor imigração tende a ter pouco efeito na atividade no médio prazo e modesto impacto na **inflação**, apesar de setores associados a serviços, construção e agricultura, com maior participação de imigrantes, estarem sujeitos a desequilíbrios.

Um dos lados perversos da extradição de estrangeiros ilegais e da menor entrada de imigrantes é a diminuição do crescimento potencial dos EUA como consequência da menor expansão da força de trabalho. Um possível recuo nesse crescimento de 0,5 pp terá consequências deletérias para as projeções de atividade, **inflação** e taxa de juros básica no médio prazo.

Em suma, a compreensão das incertezas sobre o cenário prospectivo para os EUA nos próximos anos é indispensável para a construção de uma história consistente para o Brasil. Sem uma discussão ampla sobre as políticas a serem adotadas pelo governo Trump, bem como suas magnitudes, é ainda mais difícil ter confiança sobre as previsões para a economia brasileira em 2025.

Compreensão do cenário prospectivo para os EUA nos próximos anos é indispensável para previsões sobre o Brasil

Site:

Mudança climática exige solução global (Artigo)

Por Martin Wolf

Martin Wolf é o principal comentarista econômico do Financial Times.

O resultado da COP29 foi um fracasso ou um desastre? Argumentar que, na verdade, ele foi um sucesso só seria razoável se fossemos contrapor o acordo a um colapso irrecuperável (o que, infelizmente, seria plausível, dada a volta de Donald Trump). Mas se ignorarmos esse tênue consolo, a avaliação tem de ficar entre um fracasso e um desastre - fracasso porque um avanço ainda é possível, ou desastre porque um bom acordo hoje chegará tarde demais.

Corretamente, as discussões em Baku se concentraram nas finanças. Quase todo mundo concorda que financiamentos em grande escala e baratos são uma condição imprescindível para fazer a revolução da energia limpa necessária em países emergentes e em desenvolvimento. Sem essa condição, os investimentos exigidos não terão retorno comercial. Isso se deve em grande parte ao risco-país. Mas quando estamos tentando resolver um problema mundial, que exige uma solução mundial, o risco país deveria ser irrelevante. O que importa são os retornos mundiais e, portanto, os riscos mundiais.

No fim das contas, sob um acordo aceito por quase 200 países, os países ricos disseram que assumiriam a liderança no fornecimento de "pelo menos" US\$ 300 bilhões em financiamento climático até 2035. Um membro da delegação indiana reclamou, com razão, que "essa é uma quantia insignificante". De fato, é muito pouco, chega tarde demais e ainda é algo demasiado incerto.

Dois grupos de especialistas que se concentram na necessidade de financiamento em grande escala fizeram avaliações um tanto diferentes do resultado da COP29: o primeiro o vê como um fracasso; o segundo acha que é um desastre.

No campo do "fracasso" estão Amar Bhattacharya, Vera Songwe e Nicholas Stern, copresidentes do "grupo independente de especialistas de alto nível sobre financiamento climático" (IHLEG, na sigla em inglês). Eles "recebem com satisfação a publicação do... texto da presidência da COP29 sobre a nova

meta coletiva quantificada sobre financiamento climático". Assinalam que o texto chama "todos os agentes" a trabalharem para aumentar o financiamento para países em desenvolvimento "de todas as fontes públicas e privadas para pelo menos US\$ 1,3 trilhão" por ano "até 2035". Além disso, acrescentam, o documento exorta os países desenvolvidos a ampliarem seu apoio financeiro aos países em desenvolvimento para US\$ 250 bilhões por ano até 2035". Mas eles ressaltam: "Esse valor é muito baixo e não é consistente com a concretização do Acordo de Paris" (Sobre isso, veja o relatório do IHLEG divulgado este mês, "Raising ambition and accelerating delivery of climate finance" - aumentar a ambição e acelerar a concretização do financiamento climático, em português).

No campo do desastre está um grupo que inclui Johan Rockström, do Potsdam Institute for Climate Action Research, Alissa Kleinnijenhuis, da Universidade Cornell, e Patrick Bolton, do Imperial College (e usa um estudo de Kleinnijenhuis e Bolton). O grupo argumenta que o mundo atingiu um ponto de "emergência climática". Segundo ele, as emissões mundiais precisam ser reduzidas em 7,5% ao ano a partir de hoje. Isso exigiria uma reviravolta dramática nas tendências recentes. Portanto, é "necessário mobilizar o financiamento climático agora - começar em escala total em 2025 - e não "até 2035" (ou "até 2030", como sugere o Terceiro Relatório do IHLEG sobre Financiamento Climático)".

Na base dessas avaliações estão diferenças sobre os perigos, objetivos e realidades políticas. O ponto fundamental da análise de Rockström e seu grupo é a prioridade dominante de manter em menos de 1,5o C o aumento da temperatura acima dos níveis pré-industriais, conforme estabelecido no Acordo de Paris, de 2015. Eles argumentam que o que é crucial é que, se ultrapassarmos esse limite, como estamos perto de fazer, corremos o risco de cruzar a linha de quatro pontos de inflexão irreversíveis: a destruição das camadas de gelo da Groenlândia e da Antártida Ocidental; o derretimento abrupto do permafrost; a morte de todos os sistemas de recifes de corais tropicais; e o colapso da corrente marítima do Labrador. Tudo isso nos colocaria em um mundo novo e muito perigoso.

Além do mais, embora os dois grupos concordem

sobre a prioridade para o financiamento, o IHLEG quantifica o caminho das "emissões líquidas zero até 2050" da Agência Internacional de Energia (AIE). Tanto esse caminho quanto o de Kleinnijenhuis e Bolton têm a intenção de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. Mas o da AIE parece um pouco mais leniente. Como resultado, a ação para as emissões líquidas zero parece ser um pouco menos urgente do que exigem Rockström e seu grupo.

Por fim, existem visões diferentes sobre as realidades políticas. Goste-se ou não, o caminho acelerado desejado por Rockström e seu grupo, em especial a sugestão de US\$ 256 bilhões em subsídios anuais, não vai acontecer neste momento. É preciso encontrar uma maneira de contornar esse obstáculo. De novo, a escolha "realista" em Baku ficou, como observado, entre aceitar algo inadequado e batalhar por algo melhor no futuro ou aceitar um colapso do processo.

Contudo, a insistência de Rockström e seu grupo sobre os perigos também é "realista". Se nós só fingirmos agir, o clima não vai notar. Está virando moda tratar as descobertas da ciência com desprezo quando as consideramos inconvenientes. Mas isso não é mais sensato do que pular do telhado de um prédio de 10 andares sem paraquedas na esperança de voar.

Bem, e agora? Os grandes pontos com que todos deveríamos concordar é que estabilizar o clima do mundo é do interesse de todos que não querem viver em Marte. Permitir que nosso clima seja desestabilizado quando já fizemos tantos avanços no desenvolvimento de fontes alternativas de energia parece insano.

Instalar energia limpa em todo o mundo é do interesse de todos nós. Mas nossos mercados de capital não são mundiais e sim nacionais. Isso é uma falha de mercado. A solução é que os cidadãos dos países ricos subsidiem o risco país específico dos mais pobres. Isso exigiria subsídios (ou empréstimos "equivalentes a subsídios") de cerca de US\$ 256 bilhões por ano, segundo a sugestão de Rockström e seu grupo. Sim, é uma grande quantia. Mas é apenas um pouco mais de um quarto do orçamento de defesa dos Estados Unidos e 0,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) total dos países de alta renda.

Há muito tempo nos beneficiamos do uso de nossa atmosfera como um dissipador gratuito. Já passou da hora de investirmos em sua saúde, em vez disso.

Todos deveríamos concordar é que estabilizar o clima do mundo é do interesse de todos que não querem viver em Marte. Permitir que nosso clima seja desestabilizado quando já fizemos tantos avanços em

fontes alternativas de energia parece insano

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052?page=2§ion=1>

Fundo de previdência atrai R\$ 32 bi e retoma nível pré-pandemia

Adriana Cotias De São Paulo

Com quase R\$ 32 bilhões líquidos captados pelos fundos de previdência privada neste ano, até 21 de novembro, o setor caminha para registrar o melhor ano desde 2020, quando R\$ 35,5 bilhões ingressaram na categoria. Os dados são da Anbima, que representa o mercado de investimentos, e fornecem uma foto parcial da indústria pela ótica dos veículos que acolhem as reservas dos planos ofertados pelas seguradoras.

Novembro e dezembro costumam concentrar o fluxo do contribuinte que privilegia aportes no plano gerador de benefício livre (PGBL), em que pode reduzir na declaração anual completa a base de renda tributável em até 12%, ampliando o valor da restituição de imposto à pessoa física.

Mas os últimos dois meses foram marcados por uma **inflação** mais carregada e pela alta de juros, que corroem a renda da população e a capacidade de guardar dinheiro, e, assim, houve alguma perda de tração, observa Estevão Scripilliti, diretor da Bradesco Vida e Previdência. "Dezembro é um mês sazonalmente favorável, mas não deve ser a euforia que podia-se imaginar, de captações espetaculares, o ritmo é menor do que se vislumbrava em agosto e setembro", diz. "De qualquer forma, está voltando para patamares de vendas e captação líquida próximos aos recordes anteriores à pandemia." A reação vem num momento de mudança de regras, que preparam o terreno para uma nova abordagem para a construção da poupança de longo prazo no país. No tempo, a expectativa de executivos do setor é que o conceito de acumulação típico da previdência dê lugar à efetiva conversão de renda em diferentes ciclos da vida do participante.

"Existe um esforço do regulador para criar condições para que as pessoas cada vez mais usem o benefício da renda, mas tem um macro que impacta isso", diz Marcelo Flora, sócio do BTG Pactual responsável por canais digitais e principal executivo (CEO) da seguradora do grupo. "Com os juros altos, o investidor se sente mais confiante em receber a reserva e fazer a gestão ele mesmo." No começo do ano, o segmento ganhou empurrão das mudanças tributárias nos fundos fechados exclusivos e restritos, que passaram a ter o "come-cotas", o imposto semestral já existente

em carteiras de renda fixa, multimercados e cambiais abertas ao público geral. Algumas estruturas começavam a ser desmontadas para migrar para o diferimento tributário ainda permitido na previdência, mas o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) tratou de proibir a criação de portfólios com patrimônio individual a partir de R\$ 5 milhões.

Independentemente disso, o setor voltou a mostrar vigor. Mas a diversificação que se via para fundos de previdência mais apimentados, observada durante os tempos de juros baixos, perdeu apelo com a taxa básica da economia, a Selic, agora em 11,25% ao ano, e em pleno ciclo de alta. Também na previdência, as carteiras de renda fixa é que têm sido beneficiadas. "Com o cenário de juros mais altos, o diferencial passou a ser o serviço, há pouca diferenciação em termos de produto, com o mercado inteiro na renda fixa", diz Roberto Teixeira, sócio da XP que lidera a vertical de seguros.

Para 2025, sob o novo marco legal, Scripilliti, da Bradesco, diz que algumas decisões tomadas nos últimos meses vão ser colocadas em prática. A mudança mais automática e que já simplifica a venda de novos planos é a escolha do regime tributário só na hora da conversão em renda ou no primeiro resgate. Isso adia uma decisão que o investidor tinha que fazer já na largada e sem muita informação de como seria sua composição de renda ao longo da vida profissional.

A abordagem de ciclos de renda na fase de desacumulação tende a ganhar relevância, especialmente para competidores ligados aos grandes grupos financeiros, que têm carteiras mais maduras, com uma faixa de clientes entrando na fase de aposentadoria. A Bradesco Seguros já vinha se estruturando nos últimos 18 meses para ter uma equipe dedicada a ofertas de renda de forma mais ativa, conta Scripilliti. O setor tem que se adaptar, sistemicamente, para a flexibilidade trazida pela regulação.

Será possível fazer conversões de renda parciais e eventualmente a reversão se o investidor voltar a trabalhar e tiver capacidade de novos aportes, exemplifica o executivo. São medidas que auxiliam as seguradoras a medir de forma mais assertiva o seu risco, lidar com o aumento da longevidade da

população. A consequência, diz, deve ser uma renda melhor para quem construiu reservas para aposentadoria ou outra finalidade.

São mudanças que podem contribuir no tempo para um melhor alcance da previdência privada. Segundo dados da Fenaprevi, só 8% da população brasileira tem alguma cobertura, enquanto países desenvolvidos têm entre 40% e 50%, diz Scripilliti. "Cada economia tem a sua realidade, mas dá para imaginar que [o Brasil] saia de 8% para 15% ou 20% em uma década. Faz muito sentido, até porque vai cair a ficha de que a previdência pública será insuficiente para a maior parte da população, ainda mais num momento em que se discute mais aperto fiscal, é uma realidade que já está conosco." Se na fase de acumulação o Brasil tem ainda muito o que avançar, mais ainda na conversão de renda, em que só 1% a 2% das reservas da previdência privada são transformadas em benefício. Em geral, para não disputar com a seguradora quando "vai morrer", o mais comum é o investidor resgatar tudo o que poupou. Na hipótese de falecer meses depois que optasse, por exemplo, por uma renda vitalícia, os recursos acumulados não seriam transferidos aos herdeiros. Agora, dá para fazer um planejamento mais diverso.

Para Teixeira, da XP, a regulação da Susep foi muito feliz em normatizar os diversos ciclos de renda. O cliente vai poder programar o recebimento do benefício durante a fase de acumulação em diferentes formatos e períodos.

Além da escolha da tributação no primeiro resgate representar uma mudança de jogo para a previdência privada, outra inovação trazida pela regulação é o uso da estrutura a termo da taxa de juros nos contratos. Embora seja um conceito técnico, é algo caro às seguradoras e que pode afetar o uso de renda no futuro, diz Rogério Calabria, superintendente de produtos de investimentos do Itaú Unibanco.

"As seguradoras não conseguem prever daqui a 30 anos qual vai ser a taxa de juros instituída e essa foi uma solução que o novo arcabouço trouxe", diz Calabria, acrescentando que será possível colocar um percentual das taxas de juros negociadas no mercado futuro na hora da adesão do cliente.

A prática era colocar uma taxa mínima pequena ou zero, com um excedente de 50% no fim porque a renda é corrigida pelo IP-CA, mas o brasileiro sabe que não é difícil conseguir retorno sobre investimentos acima do indexador, diz Calabria. "Isso evita muito cliente se aposentar numa condição ruim porque o juro nunca é zero, é raríssimo." Para o executivo, tal mudança vai trazer segurança, simplificação e tornar os planos de previdência mais comparáveis. Faz

diferença na hora da aposentadoria, não no período de acumulação.

Essa era uma deficiência do modelo, continua o executivo do Itaú, porque o cliente decidia se queria aplicar em planos atrelados a fundos de ações, renda fixa e multi-mercados e as seguradoras tinham que garantir 30 anos à frente, havia um descasamento temporal entre passivos futuros previdenciários e os ativos. Agora, a sua expectativa é que o mercado se ajuste no tempo e migre para esse desenho. Ele cita que, dentro do Itaú, já havia o cuidado de mudar o cliente de plano na fase de desacumulação, para que ele seja remunerado numa taxa mais justa.

Calabria espera que, com o novo marco regulatório, a previdência privada ganhe relevância pela oferta de produtos mais flexíveis para os clientes, traga mais segurança para o sistema e tenha taxas de crescimento mais significativas. "Depende da economia, da disponibilidade de renda e do emprego, mas isoladamente há fatores que contribuem para a expansão do mercado." Flora, do BTG Pactual, afirma que a revisão regulatória vem casada com outra inovação, o "open insurance", de compartilhamento de dados financeiros pelo cliente, que vai permitir uma oferta mais aderente e estimular a concorrência.

-

Grandes bancos se veem desafiados na portabilidade

No top 5 da previdência privada complementar, as seguradoras ligadas aos grandes conglomerados financeiros figuram nas primeiras posições e replicam em certa medida a concentração que se observa no mercado de gestão de recursos.

Segundo dados da Susep, até setembro, o ranking trazia a Brasilprev na liderança, com R\$ 404,4 bilhões, seguida pela Bradesco Vida e Previdência (R\$ 297,5 bilhões), Itaú (R\$ 280,7 bilhões), Caixa (R\$ 166,0 bilhões) e Santander (R\$ 95,7 bilhões). Mas abaixo dessa linha aparecem as desafiadas, com as novatas XP em sexto lugar, com R\$ 63,9 bilhões, e BTG Pactual em oitavo, com R\$ 28,3 bilhões.

São os competidores da velha guarda que acabam cedendo espaço para a concorrência via portabilidade. Pelas estatísticas da Susep, quase R\$ 34 bilhões trocaram de mãos até setembro. Entre valores aceitos e cedidos, a Brasilprev perdeu R\$ 4,02 bilhões, seguida por Bradesco, com R\$ 2,19 bilhões e Caixa (R\$ 2,04 bilhões). Na ponta contrária, o BTG teve um saldo positivo de R\$ 4,3 bilhões, a XP de R\$ 3,2 bilhões e o Itaú Unibanco de R\$ 2,9 bilhões.

Neste ano, o Itaú captou quase R\$ 15 bilhões e com o

influxo previsto para dezembro pode encostar nos R\$ 20 bilhões pelo apelo tributário do PGBL e injeção do 13-salário na economia, potencialmente irrigando os planos corporativos, diz Rogério Calabria, superintendente de investimentos da instituição.

No BTG, o ingresso de dinheiro novo e a liderança na portabilidade são explicados pelo amadurecimento das soluções de previdência, diz Marcelo Flora, sócio do banco responsável pelos canais digitais e executivo-chefe da seguradora do grupo.

Com os primeiros clientes captados em 2016, ele diz que a seguradora é relativamente nova, não tinha previdência corporativa e progressivamente foi melhorando a experiência do cliente e tornando a contratação via assessores mais fluida. "É um conjunto que vem se traduzindo em aumento da captação." A abordagem dentro do grupo é colocar a previdência na mesma caixa de investimentos para que o cliente entenda os benefícios da construção da poupança de longo prazo e tenha uma visão de risco completa.

A XP tem apostados no planejamento com a oferta de carteiras previdenciárias, na opção de multifundos, com a possibilidade de conectar vários perfis debaixo da mesma apólice. A experiência digital também foi aprimorada, permitindo, por exemplo, contribuições mensais pelo cartão de crédito, cita Roberto Teixeira, que lidera a vertical de seguros.

Na Bradesco, a produção deste ano já é superior àquela observada em 2023, segundo o diretor Estevão Scipilliti, com cerca de R\$ 9 bilhões, em comparação aos R\$ 7 bilhões do ano passado. Segundo o executivo, neste ano há uma certa acomodação no "rouba-monte" da portabilidade, comparando-se ao escape na casa dos R\$ 45 bilhões nos últimos 24 meses.

"As grandes e mais tradicionais avançaram em serviços e em jornadas digitais com uma série de especialistas de investimentos. Ano após ano não há mais a discussão de produto, mas de serviço e relacionamento, é uma nova fase da competição, mas todo dia a gente briga por recursos, é um jogo permanente." (AC)

"[Crescimento] depende da economia, da renda e do emprego, mas há fatores que contribuem para expansão do mercado" Rogério Calabria

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052>

Ibovespa se aproxima de 130 mil pontos

Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet, Lais Godinho* e Beatriz Kawai* De São Paulo (Participantes do Curso Valor de Jornalismo Econômico, sob supervisão de Gabriel Roca)

Os mercados tiveram ontem mais um dia de espera pelas medidas de cortes de gastos do governo. Mesmo diante de sinais de piora na **inflação** corrente, com os dados do IPCA-15 superando as estimativas de consenso, os juros futuros encerraram o dia próximos da estabilidade, comportamento que também foi observado no mercado de câmbio. O Ibovespa, impulsionado pelo setor financeiro, acabou fechando em alta, se aproximando novamente da marca dos 130 mil pontos.

O IPCA-15 de novembro deu mais motivos para que o mercado se preocupe com a trajetória de **inflação** à frente. O indicador anotou alta de 0,62% na margem, em aceleração ante o aumento de 0,54% em outubro, superando a mediana das projeções do mercado.

Para Marcelo Fonseca, economista-chefe da Reag Investimentos, o IPCA pode terminar 2025 próximo de 6% se o Copom não acelerar o ritmo de alta de juros para 0,75 ponto por reunião e levar a Selic a um patamar ao redor de 14%, mantendo-a nesse nível por um período mais longo.

"Como não acredito que tenhamos um ajuste que restabeleça a confiança na sustentabilidade do regime fiscal, a Selic te-ria que ir a um patamar próximo de 14% e ficar assim ao longo de todo o ano [que vem] ou boa parte dele", diz o economista da Reag Investimentos.

Para ele, as medidas de corte de gastos que devem ser anunciadas nesta semana podem gerar um alívio de curto prazo, mas não reverterão o aumento do prêmio de risco precificado nos ativos brasileiros.

Na mesma linha, o Citi aumentou as suas projeções para a Selic, conforme relatório assinado pelos economistas Leonardo Porto, Paulo Lopes e Thais Ortega. Segundo eles, os juros básicos no Brasil devem subir a 13,25% até março e ficarão nesse patamar até o fim de 2025. O banco também espera uma aceleração no ritmo de alta de juros já para dezembro.

"A combinação da persistente desvalorização da moeda, o processo constante de desancoragem das expectativas de **inflação**, o crescimento econômico

robusto e acima do potencial e a limitada folga no mercado de trabalho significam uma perspectiva de **inflação** bastante desafiadora", dizem.

No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (Dí) para janeiro de 2026 permaneceu estável, a 13,26%. No mercado de opções digitais de Copom, a chance de uma alta de 0,75 ponto na Selic em dezembro supera os 73%.

No mercado de câmbio o compasso de espera dos investidores também ficou evidente na pequena oscilação da moeda. O dólar fechou o dia em ligeira alta de 0,04%, negociado a R\$ 5,8080.

Na leitura do gerente de câmbio da Tullett Prebon, Ítalo Abucater, é importante tentar avaliar se, a partir das medidas fiscais, o Brasil ficará atrativo em termos de investimentos de prazos maiores, como o investimentos diretos no país (IDP).

"Óbvio que, quando anunciar o pacote em termos imediatos terá uma melhora. Mas é importante avaliarmos, em termos reais para médio prazo, se iremos ficar atrativos para receber novos aportes. Porque hoje o cenário global é bem ruim e desafiador. Temos observado vários fundos sendo esvaziados, com dificuldades em captações novas e perdas de capitais." Abucater diz ainda que idealmente o Brasil deveria encerrar o ano com questões domésticas resolvidas. "Pouco se fala, mas há demora para anunciar um substituto do [diretor de política monetária Gabriel] Galípolo, por exemplo. A prioridade agora é o fiscal, mas essa escolha é bastante importante nessa janela de virada de ano", afirma.

Já no mercado de renda variável, o impulso fornecido pelas ações de bancos trouxe um fôlego para o Ibovespa encerrar a sessão com alta de 0,69%, aos 129.922 pontos. As units do BTG Pactual saltaram 2,14% e as ações do Itaú, 1,91%.

Segundo o chefe de pesquisa da Eleven Financial, Fernando Siqueira, o dia também foi favorável para ações do varejo, educação e empresas de comércio eletrônico, que estavam numa fase ruim e tiveram um respiro. As ações do Magazine Luiza subiram 6,29%; Lojas Renner saltou 5% e Assai registrou ganho de 4,92%, nas maiores altas do dia.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188052>